

# PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2026

## CONTRATANTE (UASG)

(160228)

## OBJETO

Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços comuns de manutenção predial (preventiva e corretiva) e de saneamento ambiental, sob demanda, com fornecimento integral de peças, componentes, materiais e insumos, visando atender às necessidades operacionais e de suporte logístico do 26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC).

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 489.859,75

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 10	
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	18
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	20
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	21
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	22
13. DOS RECURSOS.....	23
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	26
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMS - 5ª RM E 5ª DE – 15ª Bda Inf Mec  
26º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA  
(16º G A Cav/1908)  
GRUPO VISCONDE DE GUARAPUAVA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026  
(Processo Administrativo nº 64557.000897/2026-13)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o 26º Grupo de Artilharia de Campanha, por meio do Setor de Aquisições Licitações e Contratos, sediado Avenida Manoel Ribas, 2286, Exército Brasileiro, bairro Centro, na cidade de Guarapuava/PR, CEP 85010-180, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços comuns de manutenção predial (preventiva e corretiva) e de saneamento ambiental, sob demanda, com fornecimento integral de peças, componentes, materiais e insumos, visando atender às necessidades operacionais e de suporte logístico do 26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de ..... ( )**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas brasileiras;

7.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for

o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicafe;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1 conter vícios insanáveis;
- 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por campo disponibilizado pelo sistema.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas DUAS HORAS, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de [05] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [05] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [05] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [05] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (dias) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:



11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **não poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

- 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6 fraudar a licitação;
- 14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1 advertência;
- 14.2.2 multa;
- 14.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao26gac@gmail.com](mailto:licitacao26gac@gmail.com) quando a impugnação ou pedido de esclarecimento se tratar de alguma regra editalícia e [almox\\_26gac@hotmail.com](mailto:almox_26gac@hotmail.com) quando a impugnação ou pedido de esclarecimento se tratar de algum aspecto referente a um dos itens.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoesb.5m.eb.mil.br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:


16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

*Guarapuava, 15 de maio de 2026.*

Documento assinado digitalmente  
 JULIO CESAR LACERDA MARTINS  
Data: 26/05/2026 16:43:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**JÚLIO CÉSAR LACERDA MARTINS – TC**  
ORDENADOR DE DESPESAS

## 26 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

**Estudo Técnico Preliminar 21/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64557.000897/2026-13

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente demanda fundamenta-se na necessidade de realização de licitação para a **eventual contratação** de empresa especializada na prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva, sob demanda**, visando atender às necessidades operacionais, industriais e de suporte logístico do **26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC)**.

2.2. A necessidade justifica-se pela indispensabilidade de manter a infraestrutura física e o parque de equipamentos da Unidade em plenas condições de uso e segurança. O desgaste natural decorrente do uso contínuo, aliado à diversidade técnica das instalações, exige uma solução de manutenção que contemple:

- **Saneamento e Saúde:** Higienização de reservatórios de água potável e controle de pragas (desinsetização/desratização);
- **Estrutura Predial e Civil:** Serviços de pintura, manutenção de telhados, calhas, forros, pisos, verniz em assoalhos e cercas/alambrados;
- **Sistemas de Energia e Climatização:** Manutenção de linhas de distribuição de energia energizada, geradores (vapor, gasolina e elétricos), motores e sistemas de ar-condicionado;
- **Apoio Logístico e Segurança:** Manutenção de portões eletrônicos, serviços de chaveiro, confecção de sinalização (acrílico/metálico) e manutenção de coberturas e toldos.

2.3. A ausência de amparo contratual para tais serviços coloca em risco a integridade do patrimônio público e a continuidade de atividades críticas, como o serviço de alimentação da tropa (Rancho) e a prontidão energética da Organização Militar. Assim, a contratação sob demanda permitirá intervenções rápidas e especializadas que extrapolam a capacidade técnica do efetivo orgânico do Quartel.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Auxiliar Almoxarifado	Tatiane Aparecida Ribeiro Jansen - 3º Sgt
Almoxarife	André Vargas Monteiro - 1º Ten

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação****OBRIGAÇÕES:****Das Obrigações da Contratada****4.1. Execução, Local e Logística:**

- **Vistoria Técnica Obrigatória:** A realização de Vistoria Técnica é obrigatória para a presente contratação. O objetivo é garantir que as licitantes obtenham o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local de execução, essencial para evitar intercorrências na execução e para a justa precificação dos serviços.
- **Local de Execução:** A CONTRATADA deverá executar todos os serviços nas dependências e áreas externas pertencentes ao 26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC).
- **Agendamento:** Todo serviço deve ser agendado previamente com o setor do almoxarifado através do e-mail: [almox\\_26gac@hotmail.com](mailto:almox_26gac@hotmail.com).
- **Recursos e Limpeza:** A Contratada deverá disponibilizar todos os recursos materiais (mourões, telas, arames, vigas e demais insumos), ferramentas e equipamentos em estrita conformidade com as quantidades e qualidade exigidas. É de sua responsabilidade a completa remoção de detritos e a limpeza final da área após a conclusão de cada serviço.

- Manutenção Externa: Responsabilizar-se pela desinstalação, transporte (ida e volta) e reinstalação de equipamentos que necessitem de manutenção em oficinas fora das instalações da OM.

#### 4.2. Horários, Sigilo e Conduta:

- Horário de Expediente: Os serviços deverão ser executados prioritariamente de segunda a quinta-feira, das 08h00 às 17h00, e às sextas-feiras, das 08h00 às 12h00.
- Urgências: Para manutenções críticas (geradores/redes elétricas/Rancho), a Contratada poderá ser acionada em horários diferenciados, inclusive finais de semana, sob coordenação da Fiscalização.
- Sigilo e Segurança Orgânica: Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto, bem como sobre quaisquer dados ou particularidades das instalações militares, zelando pela disciplina de seus empregados.

#### 4.3. Segurança e Saúde (NRs):

- Atender rigorosamente às Normas Regulamentadoras, apresentando certificados de habilitação (especialmente NR-10 para elétrica, NR-35 para altura e NR-33 para reservatórios).
- Fornecer e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e providenciar o isolamento/sinalização das áreas de trabalho.

#### 4.4. Responsabilidade Técnica e Garantia:

- Executar os serviços conforme os parâmetros, rotinas e recomendações da boa técnica estabelecidos no Termo de Referência.
- Utilizar produtos de 1ª linha com registro no Ministério da Saúde e atender às normas ambientais e das agências reguladoras.
- Refazimento: Refazer, às suas expensas, os serviços que comprovadamente tenham sido executados com erros, imperfeições técnicas ou materiais inadequados.
- Danos: Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto (conforme Lei nº 8.078/1990), incluindo reparos em estruturas físicas danificadas por erro de seus empregados.

#### 4.5. Regularidade e Planos:

- Manter as condições de habilitação e regularidade previdenciária durante todo o contrato.
- Manter atualizados os planos de: Prevenção de Acidentes, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos (PGRS) e Controle Médico (PCMSO /PCMAT).
- Abandono: O Contratante não se responsabiliza por material abandonado nas dependências após 30 dias do término do serviço.

### Das obrigações do Contratante

#### 4.6. Gestão e Fiscalização (Lei nº 14.133/2021):

- Exigência de Cumprimento: Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, os termos de sua proposta e as especificações deste ETP/Termo de Referência.
- Designação e Registro: Conforme o Art. 117 da Lei 14.133/2021, exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor/militar especialmente designado, anotando em registro próprio todas as ocorrências e falhas detectadas (indicando dia, mês, ano e nome dos empregados envolvidos), encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- Competência Técnica: O fiscal designado deverá possuir a experiência necessária para dirimir dúvidas que surjam no curso da execução e determinar a regularização de falhas observadas.
- Notificação de Falhas: Notificar a Contratada, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, erros ou atrasos no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a devida correção.

#### 4.7. Apoio Operacional e Adequação:

- Acesso e Facilidades: Proporcionar à Contratada todas as facilidades e acessos necessários para que os serviços sejam realizados nas dependências do 26º GAC, observadas as normas de segurança orgânica.
- Adequação de Produtividade: Caso o fiscal ou gestor verifique subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade, deverá comunicar a autoridade para promover a adequação contratual conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.
- Pagamento: Realizar o pagamento das faturas dentro do prazo legal, após o devido ateste da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

#### 4.8. Exclusão de Responsabilidade:

- A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, imperfeição técnica, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado, não implicando em corresponsabilidade do 26º GAC ou de seus agentes, conforme o Art. 120 da Lei 14.133/2021.

### DA SUBCONTRATAÇÃO

4.9. . Vedações: Não será admitida a subcontratação total do objeto desta contratação.



4.10. Subcontratação Parcial: A subcontratação parcial poderá ser admitida apenas em caráter excepcional, mediante prévia e expressa autorização da Administração do 26º GAC, desde que a contratada comprove a inviabilidade técnica de execução direta de itens específicos e que a subcontratada atenda a todos os requisitos de habilitação técnica e regularidade fiscal exigidos no edital.

4.11. Responsabilidade: A subcontratação não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo esta como a única responsável perante o 26º GAC pela qualidade, prazos e fiel execução de todo o objeto.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante das necessidades apontadas neste ETP, o atendimento à solução exige a contratação de empresas especializadas cujo ramo de atividade seja compatível com os objetos pretendidos pela administração. Sendo assim, a equipe de planejamento da contratação, com base no levantamento de mercado realizado, estabelece requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, de forma a não limitar a competição, levando em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como as práticas vigentes no mercado.

5.2. O levantamento de mercado demonstrou que o objeto abrange serviços de naturezas técnicas distintas (elétrica de alta tensão, mecânica de geradores, saneamento, construção civil, entre outros). Identificou-se que não há, no mercado local ou regional, uma única empresa que detenha expertise e certificações técnicas simultâneas para todos os itens do DFD.

5.3. Em virtude dessa diversidade, a solução técnica mais viável é o parcelamento do objeto. Essa estratégia permite a participação de empresas especializadas em seus respectivos ramos de atuação, garantindo maior competitividade no certame e a execução dos serviços por profissionais devidamente habilitados em cada área específica.

5.4. O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de critérios de julgamento que sejam mais favoráveis e econômicos para a administração, assegurando a seleção das propostas de menor preço por item ou grupo, conforme a especialidade de cada fornecedor.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. O presente processo visa a eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, na forma de empreitada, para atender às necessidades operacionais e administrativas do 26º GAC.

6.2. A solução abrange, de forma detalhada, as seguintes frentes de atuação:

- Equipamentos de Cozinha Industrial: Manutenção de fogão industrial, fornos, chapas, fritadeiras e afins;
- Aparelhos Eletrodomésticos: Manutenção e reparo de geladeiras, freezers, micro-ondas e liquidificadores industriais;
- Sistemas de Ventilação e Exaustão: Manutenção de coifas, exaustores, motores e dutos;
- Climatização e Refrigeração: Instalação e manutenção de câmaras frias e sistemas de ar-condicionado (incluindo compressores, sistema elétrico, carga de gás refrigerante, limpeza e reparos).

6.3. Os serviços caracterizam-se como “serviços comuns”, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

6.4. A contratação não possui natureza contínua, sendo executada conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação da unidade responsável e emissão de Nota de Empenho, sem gerar vínculo empregatício, pessoalidade ou subordinação direta.

6.5. O objeto será parcelado em itens ou grupos, permitindo que empresas de diferentes ramos participem do certame, garantindo a especialização técnica necessária e a ampla competitividade.

6.6. A execução deverá observar rigorosamente os critérios de sustentabilidade, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e a vigência contratual observa o disposto no Art. 119 da Lei nº 14.133/2021 quanto a eventuais pendências de responsabilidade da contratada.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Metodologia de Cálculo: As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base no levantamento detalhado das necessidades do 26º GAC, considerando:

- Histórico de Consumo/Manutenção: Análise das demandas registradas nos exercícios anteriores para serviços similares;
- Inventário de Bens e Instalações: Mapeamento da quantidade de equipamentos de cozinha industrial, aparelhos de ar-condicionado, câmaras frias e motores existentes na Unidade que necessitam de suporte preventivo e corretivo;
- Área Física e Perímetro: Dimensionamento das áreas que demandam serviços de pintura, cercamento, manutenção de telhados e controle de pragas (limpeza de reservatórios e detetização).

7.2. Natureza Sob Demanda (SRP): Por se tratar de uma contratação para fins de Registro de Preços, as quantidades representam a estimativa máxima de consumo para o período de 12 (doze) meses. A Administração não está obrigada a contratar a totalidade dos itens, realizando as solicitações de acordo com a necessidade efetiva e a disponibilidade orçamentária.

7.3. Parcelamento e Precisão: A estimativa foi segregada por itens e grupos específicos (conforme o DFD), permitindo que o mercado apresente propostas precisas para cada especialidade técnica. Essa divisão visa evitar o superdimensionamento e garantir que os quantitativos reflitam a realidade operacional de uma Organização Militar de Artilharia.

7.4. Memória de Cálculo: O detalhamento unitário de cada item, com suas respectivas descrições e quantidades previstas, encontra-se acostado aos autos do processo administrativo na Planilha de Quantitativos e Preços Estimados.

7.5. Flexibilidade Contratual: As quantidades poderão variar de acordo com a necessidade, respeitando o limite contratual e os aditivos previstos na legislação vigente.

Item	Catser		Qtde	Valor unitário	Valor total
1	19372	Prestação de Serviços de Pintor	800	R\$ 23,5500	R\$ 18.840,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado		<p>Descrição: Pintura técnica de pavilhões em superfícies de madeira, alvenaria, telhados (cimento e barro), pisos e reservatórios metálicos /concreto.</p> <p>Procedimentos Preparatórios: Limpeza profunda, lixamento, remoção de pinturas antigas e degradadas por métodos manuais, mecânicos, químicos ou jateamento, com a devida proteção de superfícies adjacentes e isolamento da área.</p> <p>Pintura de Caixa d'Água: Recuperação e pintura de reservatório externo com 25m de altura.</p> <p>Segurança: Obrigatoriedade de cumprimento rigoroso das normas NR-33 (Trabalho em Espaço Confinado) e NR-35 (Trabalho em Altura), com apresentação de certificados dos profissionais e equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) adequados para grandes altitudes.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Fornecimento integral de todo o material (tintas, solventes, seladores), ferramentas e utensílios necessários. A empresa contratada deverá disponibilizar obrigatoriamente todos os equipamentos de acesso para execução em altura e ambientes industriais, como andaimes fachadeiros, torres de andaimes, compressores e plataformas elevatórias (PTA/PEMT), sendo a única responsável pela montagem, operação, manutenção e segurança dos mesmos. Ao final de cada etapa, a contratada deverá realizar a limpeza rigorosa da área de trabalho e a remoção de todos os resíduos (entulhos e restos de produtos químicos) gerados..</p>			
2	13595	Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável/ caixa d'agua	80	R\$ 145,0000	R\$ 11.600,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado		<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços de limpeza e desinfecção técnica de reservatórios de água potável e caixas d'água. O processo compreende a limpeza rigorosa das paredes, fundo e tampa; remoção de lodo, resíduos e impurezas; enxágue com água limpa; despejo controlado da água de lavagem; enchimento parcial para nova lavagem de paredes e fundo; novo despejo e limpeza final da tampa, garantindo a eliminação de biofilmes e contaminantes.</p> <p>Laudo de Limpeza e Qualidade: Ao término do serviço, a Contratada deverá emitir laudo técnico assinado por profissional habilitado na área de saneamento (com respectiva ART/RRT). O documento deve conter obrigatoriamente: Inspeção inicial detalhada; registro fotográfico das etapas; descrição minuciosa do processo de limpeza e produtos utilizados; inspeção pós-limpeza; resultados de análise bacteriológica de amostras da água coletadas após a higienização; conclusão técnica e recomendações de manutenção; assinatura e autenticação profissional.</p> <p>Segurança (NR-33 e NR-35): Para a mitigação de riscos e prevenção de acidentes, é obrigatório o cumprimento rigoroso das diretrizes da NR-33 (Espaço Confinado) e NR-35 (Trabalho em Altura), considerando que a Unidade Gestora possui reservatório externo com 25 metros de altura. A empresa deve apresentar certificados de treinamento atualizados de todos os operadores.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais, insumos químicos (autorizados pela ANVISA), ferramentas e utensílios necessários. A empresa deverá fornecer obrigatoriamente todos os equipamentos de acesso e segurança, incluindo plataformas elevatórias (PTA/PEMT), andaimes, detectores de gases, exaustores e tripés de resgate. A contratada é responsável pela limpeza rigorosa da área externa após a execução e pela destinação adequada dos resíduos removidos.</p>			
3	13420	Revestimento de assoalho por verniz	200	R\$ 52,0500	R\$ 10.410,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado		<p>Descrição do Serviço: Manutenção e restauração de assoalhos de madeira, compreendendo as etapas de limpeza profunda, raspagem mecanizada para nivelamento e aplicação de camadas de verniz de alta resistência. O processo inclui a preparação rigorosa do substrato, aspiração completa de pó, varrição e raspagem para remoção de excessos de resíduos, além de higienização com pano úmido isento de ceras ou agentes químicos que possam comprometer a aderência do novo revestimento. Procedimentos Adjacentes: A aplicação do verniz deve respeitar o tempo de cura entre demãos e as condições ambientais para evitar bolhas ou manchas, garantindo um acabamento uniforme em toda a extensão do piso. Segurança: É obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, com foco em proteção auricular para a fase de raspagem e máscaras com filtros para vapores orgânicos durante a aplicação dos produtos químicos.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (lixas, vernizes, seladores), equipamentos (lixadeiras industriais com coletor de pó e aspiradores), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por executar toda a limpeza fina posterior à execução do serviço, entregando o ambiente livre de poeira residual ou detritos.</p>			
4	20702	Confecção / Instalação - Calha / manutenção de Calha	150	R\$ 68,0000	R\$ 10.200,0000
Descrição detalhada		<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços de confecção, instalação e manutenção de calhas e rufos. O objeto compreende a instalação de novos sistemas de escoamento e a manutenção corretiva/preventiva, envolvendo limpeza técnica de detritos, desobstrução de condutores, reparos em danos estruturais, vedação de juntas e pontos de infiltração. Inclui, ainda, a substituição integral de peças danificadas e a retirada segura de materiais degradados (calhas e rufos antigos). Segurança (NR-35): Devido à execução obrigatória em altura para acesso aos</p>			

do serviço a ser prestado	telhados e platibandas, a Contratada deve cumprir rigorosamente as diretrizes da NR-35 (Trabalho em Altura). Todos os colaboradores devem possuir certificados de treinamento atualizados e utilizar sistemas de ancoragem e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) adequados. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (chapas galvanizadas/alumínio, vedantes, suportes e rebites), ferramentas, maquinários e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa deverá fornecer e operar obrigatoriamente todos os meios de acesso, como escadas extensíveis, andaimes ou plataformas elevatórias (PTA), sendo responsável pela segurança da operação. Ao final da execução, a contratada deve realizar a limpeza total da área e a remoção dos resíduos metálicos ou de alvenaria gerados..				
5	12700	Instalação de Forro / Peça Decorativa de Gesso - Teto / Parede	350	R\$ 71,0040	R\$ 24.851,4000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços de instalação e reparo de forros em PVC ou gesso (placas ou acartonado/drywall) em tetos e paredes, incluindo a instalação de peças decorativas (sancas, molduras e rodapés de gesso). O objeto compreende a preparação rigorosa da área de trabalho com proteção de móveis, pisos e superfícies adjacentes; marcação e fixação de perfis metálicos ou suportes estruturais; montagem e fixação das placas de forro; e execução de acabamento técnico (rejunte e polimento/lixamento) para posterior pintura.</p> <p>Procedimentos Adjacentes: A instalação deve garantir o perfeito nivelamento e alinhamento das peças, bem como a previsão de recortes para luminárias, bicos de sprinkler ou sistemas de ventilação, quando houver. Segurança (NR-35): Considerando que os serviços são executados em tetos e partes altas de paredes, a Contratada deve observar as normas de segurança para trabalho em altura (NR-35), utilizando escadas, andaimes ou plataformas estáveis e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, como óculos de proteção e máscaras para pó. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (placas de gesso/PVC, perfis, arames, parafusos, massas de acabamento), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável pelo fornecimento de todos os meios de acesso (escadas, andaimes e torres de trabalho) e deverá executar a limpeza rigorosa do local após a conclusão, com a remoção total de resíduos de gesso e pó.</p>				
6	5312	Instalação / Manutenção - Piso Geral	300	R\$ 60,5800	R\$ 18.174,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços de instalação e manutenção de revestimentos cerâmicos, porcelanatos e pisos em geral. O objeto compreende a preparação e regularização do contrapiso (se necessário); aplicação técnica de argamassa colante adequada ao tipo de revestimento; assentamento de pisos e rodapés; aplicação de rejunte impermeável e nivelamento preciso da superfície para evitar degraus (ressaltos) entre as peças. Procedimentos Adjacentes: A manutenção inclui a substituição de peças soltas ou danificadas, remoção de rejuntos antigos e nova aplicação, além de recortes técnicos para caixas de inspeção, ralos e passagens de tubulação, garantindo o perfeito alinhamento estético e funcional. Segurança: A Contratada deverá observar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como joelheiras de proteção, óculos de segurança e máscaras para poeira durante o corte das peças, visando a saúde do trabalhador e a organização do canteiro de obras. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (cerâmicas, porcelanatos, argamassas, rejuntos e espaçadores/niveladores), ferramentas (cortadoras de piso manuais ou elétricas, batedores de argamassa e desempenadeiras) e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todos os equipamentos de proteção e organização, devendo executar a limpeza rigorosa e a remoção de todos os entulhos e resíduos de argamassa gerados ao final do serviço.</p>				
7	16675	Instalação / Manutenção - Cerca / Alambrado / Tela	500	R\$ 94,5000	R\$ 47.250,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços de instalação e manutenção de cercas perimetrais, alambrados, telas de proteção, concertinas, gradis e barreiras de proteção para animais. O objeto compreende o cercamento do entorno da Organização Militar, áreas sensíveis e quadras esportivas. Inclui a fixação de mourões (concreto ou metal), tensionamento de arames, instalação de telas galvanizadas ou revestidas em PVC, montagem de concertinas simples ou clipadas em espiral, e soldagem ou parafusagem de painéis de gradil.</p> <p>Procedimentos Adjacentes: A manutenção envolve o reparo de pontos de rompimento, substituição de telas danificadas ou oxidadas, reforço de ancoragem de postes, limpeza de vegetação incrustada nos alambrados e reaperto de arames tensores para garantir a rigidez da estrutura. Segurança: Devido ao manuseio de materiais perfurocortantes (concertinas e arames farpados) e execução em altura para fixação em muros, a Contratada deve cumprir as normas de segurança do trabalho (NR-35, se aplicável) e fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos, como luvas de raspa de couro reforçadas ou malha de aço e proteção ocular.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (telas, arames, concertinas, grampos, esticadores, cimento e areia para fixação), ferramentas (máquinas de solda, lixadeiras, torques e esticadores de tela) e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer todos os meios de acesso e equipamentos de proteção, devendo executar a limpeza rigorosa da área após a conclusão, com a remoção total de sobras de arame e entulhos de escavação.</p>				
8	5452	Confecção de Placas / Quadros / Distintivos / Artefatos de Acrílico / Metal / Laminado / Pvc	180	R\$ 63,9950	R\$ 11.519,1000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços de confecção e instalação de elementos de comunicação visual e sinalização técnica. O objeto compreende a produção de placas, quadros, distintivos e artefatos diversos utilizando substratos de acrílico, metal (alumínio/aço), laminados fenólicos ou PVC. Inclui a fabricação de placas de identificação, sinalização, regulamentação, indicação, sinalização de obras, educativas e de advertência, conforme solicitação do órgão e artes fornecidas. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve o corte preciso (laser, CNC ou guilhotina), gravação (química, laser ou mecânica), aplicação de películas refletivas ou vinis adesivos de alta performance, além da furação e preparação para fixação em paredes, suportes metálicos ou suspensão. Segurança: A Contratada deverá observar as normas de segurança para instalação, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, como luvas de proteção contra cortes e óculos de segurança durante a manipulação de metais e polímeros. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (placas, chapas, adesivos, parafusos e suportes), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todos os meios de acesso para instalação e deverá executar a limpeza rigorosa dos locais de fixação, com a remoção total de rebarbas e resíduos de materiais.</p>				
9	5436	Chaveiro	50	R\$ 40,8150	R\$ 2.040,7500
	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços especializados de chaveiro, compreendendo a cópia, abertura, instalação, manutenção e conserto de chaves e fechaduras diversas. O objeto inclui a confecção de cópias de chaves comuns e codificadas; programação de chaves eletrônicas; abertura técnica e instalação de fechaduras em portas, mobiliários e cofres; além da manutenção corretiva de mecanismos de travamento, conserto de trancas de veículos, troca de segredos de fechaduras e cadeados, entre outros serviços correlatos à atividade de</p>				

Descrição detalhada do serviço a ser prestado	chaveiro. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve o fornecimento de cilindros, miolos, carcaças de chaves codificadas e componentes internos de reposição, garantindo o perfeito funcionamento mecânico e eletrônico dos sistemas de segurança e acesso da Organização Militar. Segurança e Sigilo: A Contratada deverá observar o máximo sigilo profissional quanto aos segredos e códigos manipulados. Todos os serviços de abertura e troca de segredo devem ser acompanhados e atestados pelo fiscal do contrato ou responsável pelo setor, garantindo a integridade da segurança orgânica. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (blanks de chaves, chips de codificação, cilindros, fechaduras e lubrificantes), equipamentos (máquinas copiadoras de precisão, scanners de codificação e ferramentas de abertura), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todo o maquinário técnico especializado e deverá executar a limpeza rigorosa do local de instalação, com a remoção total de limalhas e resíduos metálicos gerados.				
10	17809	Instalação / Manutenção - Cobertura/Passarela/Toldo/Barraca	5	R\$ 325,0000	R\$ 1.625,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	Descrição do Serviço: Prestação de serviços de confecção, instalação, manutenção, montagem e desmontagem de estruturas de proteção e cobertura. O objeto compreende a colocação ou substituição de lonas e placas em estruturas metálicas ou de alumínio, abrangendo toldos de diversos modelos, coberturas fixas ou retráteis, passarelas de circulação e barracas operacionais. Inclui a instalação técnica de coberturas em polycarbonato (alveolar ou compacto), substituição de lonas antigas por placas rígidas de polycarbonato, bem como a confecção e reparo de toldos e coberturas específicas para caçambas de viaturas militares. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve a preparação das estruturas de suporte (lixamento e pintura anticorrosiva, se necessário), tensionamento adequado de lonas, vedação de junções com selantes específicos para evitar infiltrações, e a verificação de sistemas de articulação e fixação mecânica para garantir a resistência a ventos e intempéries. Segurança (NR-35): Devido à execução obrigatória em altura para instalação em fachadas e passarelas, a Contratada deve cumprir rigorosamente as diretrizes da NR-35 (Trabalho em Altura). É obrigatório o uso de sistemas de ancoragem, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) adequados para prevenir quedas. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (lonas de PVC/nylon, placas de polycarbonato, perfis metálicos, ferragens e vedantes), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa contratada deverá fornecer obrigatoriamente todos os meios de acesso, como escadas, andaimes ou plataformas elevatórias (PTA), sendo responsável pela limpeza rigorosa da área de trabalho e remoção de retalhos de materiais ao final da execução.				
11	3417	Desinsetização / Desratização / Dedetização	70	R\$ 789,5000	R\$ 55.265,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	Descrição do Serviço: Prestação de serviços especializados de controle de pragas urbanas, compreendendo as atividades de Desinsetização, Desratização e Dedetização. O objeto inclui a eliminação de infestações de insetos, aracnídeos (aranhas/escorpiões), quilópodes, diplópodes e outros animais sinantrópicos que infestam ambientes urbanos. A Desratização consiste na eliminação direcionada de roedores em áreas específicas, mediante a aplicação técnica de raticidas, iscas e instalação de armadilhas. Laudo e Certificação: Após cada aplicação, a Contratada deverá emitir obrigatoriamente um Laudo Técnico/Certificado de Execução, assinado por profissional habilitado (Responsável Técnico). O documento deve informar detalhadamente: os grupos de pragas alvo; os nomes comerciais e princípios ativos dos produtos aplicados (conforme registro na ANVISA); as dosagens; as áreas tratadas; as recomendações de segurança e os cuidados necessários pós-aplicação. Segurança: A Contratada deverá observar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos para manipulação de domissanitários, garantindo o isolamento das áreas durante a aplicação e respeitando os períodos de reentrada estabelecidos nos rótulos dos fabricantes para segurança do efetivo. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (inseticidas, raticidas, géis e iscas), equipamentos (atomizadores, pulverizadores e termonebulizadores), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável pelo fornecimento de todos os insumos químicos e deverá executar toda a limpeza posterior à execução, incluindo a remoção e destinação adequada de embalagens vazias e carcaças de roedores, quando houver				
12	5070	Manutenção de Linhas de Distribuição Energia Elétrica Energizada	15	R\$ 4.900,0000	R\$ 73.500,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	Manutenção de Linhas de Distribuição Energia Elétrica Energizada: Descrição do Serviço: Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva em linhas de distribuição de energia elétrica, incluindo intervenções em redes de média e baixa tensão em regime de linha energizada (contato/distância). O objeto compreende a realização de ligações elétricas em postes; readaptação, reparação e inspeção de redes; lubrificação e troca de componentes estruturais; reaperto de conexões para prevenção de pontos quentes (superaquecimento); limpeza técnica de contatos e componentes; passagem de condutores; montagem de quadros de distribuição, caixas de tomada e disjuntores; além da substituição de lâmpadas em sistemas de iluminação pública e interna. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve a utilização de técnicas específicas para intervenção sem interrupção do fornecimento, garantindo a continuidade operacional da Unidade Militar. Inclui a verificação de isoladores, chaves seccionadoras e aterramentos. Segurança (NR-10 e NR-35): Devido ao altíssimo risco elétrico e à execução em altura, a Contratada deve cumprir rigorosamente as diretrizes das normas NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura). É obrigatória a apresentação de certificados de treinamento específicos para "Sistema Elétrico de Potência" (SEP) e a utilização de ferramentas isoladas e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) com certificação de isolamento térmico e elétrico. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (fios, cabos, isoladores, disjuntores, conectores e lâmpadas), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa contratada deverá fornecer obrigatoriamente caminhão cesto isolado, escadas especiais de fibra, plataformas elevatórias (PTA) e todos os dispositivos de segurança necessários para intervenção em linha viva. A contratada é responsável pela limpeza rigorosa da área e remoção de sucatas e resíduos elétricos ao final da execução.				
13	3123	Manutenção em Equipamento de Soldagem	30	R\$ 128,5000	R\$ 3.855,0000
	Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de soldagem (inversores, transformadores, máquinas MIG/MAG e TIG). O objeto compreende a realização de inspeções técnicas, limpeza profunda de componentes, substituição de peças desgastadas e calibração de parâmetros operacionais. As inspeções envolvem a verificação de estanqueidade para evitar vazamentos de gás, detecção de cabos/fios de solda desgastados e reaperto de conexões elétricas soltas ou oxidadas. Procedimentos Adjacentes: A limpeza técnica consiste na remoção de poeira, fuligem e resíduos metálicos internos e externos com uso de ar comprimido				

Descrição detalhada do serviço a ser prestado	seco; remoção de escória com ferramentas especializadas; e eliminação de umidade acumulada. A substituição de peças inclui a troca de bicos de tocha, porta-eletrodos, difusores e reguladores de gás. A calibração envolve o ajuste preciso de tensão (voltagem), velocidade de alimentação do arame e vazão de gás, de acordo com as especificações do metal e do processo de soldagem utilizado. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá observar as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e segurança no trabalho em máquinas e equipamentos (NR-12), garantindo que os dispositivos de proteção térmica e aterramento dos equipamentos de solda estejam em perfeito estado após a intervenção. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (bicos, eletrodos, mangueiras, conectores e componentes eletrônicos), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todos os instrumentos de medição e calibração (multímetros, alicates amperímetros e medidores de vazão), devendo executar a limpeza rigorosa da bancada e dos equipamentos após a conclusão, com a remoção total de resíduos metálicos e poeira gerados				
14	18406	Instalação / Manutenção - Porta / Cancela / Portão elétrico	50	R\$ 900,0000	R\$ 45.000,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços técnicos de instalação e manutenção preventiva/corretiva de portões, portas e cancelas automáticas. O objeto compreende a automação de acessos mediante a fixação de motores, conexão de cabos de energia e controle, e preparação estrutural do local para suporte de carga. Inclui a medição e marcação de pontos de fixação; desligamento seguro de circuitos alimentadores; chumbamento de motores em bases de concreto; conexão a disjuntores de proteção; instalação de cremalheiras, braços articulados ou pistões; conexão de condutores elétricos; parametrização de centrais de comando e controles remotos; e testes finais de fim de curso e sensibilidade.</p> <p>Procedimentos Adjacentes: A manutenção envolve a limpeza técnica e lubrificação de engrenagens e trilhos; reaperto de parafusos e cabos de aço; substituição de peças danificadas (placas eletrônicas, capacitores, estator); verificação de sistemas elétricos e sensores de barreira (fotocélulas); além de inspeções regulares para garantir o pleno funcionamento e evitar travamentos.</p> <p>Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá observar rigorosamente as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e segurança em máquinas e equipamentos (NR-12), garantindo que os dispositivos de parada de emergência e sensores antiesmagamento estejam operacionais para evitar acidentes com pessoal ou viaturas.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (motores, cremalheiras, cabos, disjuntores e centrais), ferramentas (furadeiras, máquinas de solda e multímetros) e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todo o maquinário de instalação e programação, devendo executar a limpeza rigorosa do local após a conclusão, com a remoção de sobras de metal, embalagens e resíduos de concreto.</p>				
15	19224	Construção / Manutenção / Reforma - Telhado	100	R\$ 136,4300	R\$ 13.643,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção predial compreendendo a construção, manutenção corretiva/preventiva e reforma de coberturas (telhados). O objeto envolve a avaliação técnica da equipe executora; remoção de telhas e madeiramentos/estruturas metálicas comprometidas; reforço ou substituição de terças, caibros e ripas; impermeabilização de pontos críticos; e instalação de novas coberturas. Procedimentos Adjacentes: Construção/Instalação: Fornecimento e instalação técnica de telhas de fibrocimento, cerâmicas ou metálicas, incluindo a colocação de cumeeiras, rufos e peças de acabamento. Manutenção: Substituição de peças danificadas, correção de falhas de encaixe ou fixação, desobstrução de calhas integradas e inspeção rigorosa para detecção de rachaduras, deslocamentos ou focos de infiltração. Reforma: Reestruturação do conjunto de cobertura, com atenção à natureza do suporte (madeira ou metal), garantindo que a tipologia da telha aplicada seja compatível com a estrutura existente, conforme definido na ordem de serviço. Segurança (NR-35): Devido à execução obrigatória em altura, a Contratada deve cumprir rigorosamente as diretrizes da NR-35 (Trabalho em Altura). É obrigatória a utilização de sistemas de ancoragem e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (telhas, madeiramento, perfis metálicos, parafusos de vedação e mantas impermeabilizantes), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer e operar todos os meios de acesso, como andaimes fachadeiros, escadas e plataformas elevatórias (PTA), devendo executar a limpeza rigorosa do local e a remoção de todos os entulhos ao final da execução.</p>				
16	2771	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza	80	R\$ 350,0000	R\$ 28.000,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e limpeza técnica de sistemas de ar condicionado (Splits, ACJs e sistemas centrais). O objeto compreende a execução de rotinas para garantir a qualidade do ar e a eficiência energética, incluindo a limpeza profunda de filtros e serpentinas; verificação de danos, pontos de corrosão e integridade do isolamento térmico; inspeção de fixações e níveis de vibração das unidades evaporadoras e condensadoras.</p> <p>Procedimentos Adjacentes: Envolve a revisão de todos os contatos elétricos, disjuntores, tomadas e cabeamentos; detecção e reparo de vazamentos de gás; medição da temperatura de retorno e insuflamento; verificação da necessidade de substituição ou recarga de fluido refrigerante; reaperto de parafusos de gabinetes e painéis; lubrificação de motores e ventiladores; e a obrigatoriedade do uso de produtos bactericidas, fungicidas e algicidas autorizados pela ANVISA para a higienização química dos equipamentos.</p> <p>Segurança e Normas (PMOC): A Contratada deverá observar rigorosamente a Lei nº 13.589/2018 e a Portaria nº 3.523/GM, mantendo atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). Devido à instalação de condensadoras em fachadas, deve-se cumprir a NR-35 (Trabalho em Altura) e a NR-10 para intervenções elétricas.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (fluidos refrigerantes, bactericidas, filtros, fitas isolantes e componentes elétricos), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todos os meios de acesso (escadas e andaimes) e instrumentos de medição (manômetros e termômetros), devendo executar a limpeza rigorosa do local após a conclusão do serviço.</p>				
17	2020	Ar Condicionado - Instalação/Montagem/Desmontagem/Remoção - (Parede / Sistemas)	25	R\$ 150,0000	R\$ 3.750,0000
	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços técnicos de instalação, montagem, desmontagem e remoção de aparelhos de ar-condicionado (modelos Split, Janela ou sistemas centrais). O objeto compreende a execução de infraestrutura elétrica e frigorígena dedicada; fixação técnica das unidades internas (evaporadoras) e externas (condensadoras); interconexão de tubulações de cobre; realização de vácuo no sistema para eliminação de umidade; e instalação de sistemas de drenagem para escoamento de condensado.</p> <p>Procedimentos Adjacentes:</p> <p>Instalação e Montagem: Comissionamento do equipamento com verificação de pressões, temperaturas de insuflamento, fluxo de ar, testes de</p>				

Descrição detalhada do serviço a ser prestado	estanqueidade para detecção de vazamentos e parametrização de controles remotos. Toda a instalação deve seguir rigorosamente as normas NBR 16069 (Segurança em sistemas de refrigeração) e NBR 16655 (Instalação de sistemas residenciais de ar-condicionado - Split). Desmontagem e Remoção: Desinstalação completa de todos os componentes (unidades, suportes e tubulações), com o recolhimento adequado do fluido refrigerante para evitar danos ambientais e vedação dos pontos de espera. Segurança (NR-10 e NR-35): Devido à intervenção em circuitos elétricos e à fixação de condensadoras em fachadas ou telhados, a Contratada deve cumprir as diretrizes das normas NR-10 (Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e sistemas de ancoragem adequados. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (tubulações de cobre, isolamentos térmicos, suportes, cabos elétricos e canaletas), ferramentas e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer obrigatoriamente todos os meios de acesso (escadas, andaimes ou plataformas) e instrumentos técnicos (bombas de vácuo, manômetros e multímetros), devendo executar a limpeza rigorosa do local e a remoção de todos os resíduos após a conclusão.				
18	1635	Obras Cíveis - Demolições	400	R\$ 56,0000	R\$ 22.400,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	Descrição do Serviço: Prestação de serviços de demolição controlada (parcial ou total) de elementos construtivos e estruturas. O objeto compreende a realização de estudo preliminar do local para garantia da estabilidade das áreas remanescentes e segurança operacional; remoção técnica de equipamentos, esquadrias, instalações hidráulicas e elétricas; demolição de paredes internas, externas, fachadas e revestimentos; além da retirada de pisos, forros e elementos estruturais como pilares e vigas, quando especificado na ordem de serviço. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve a triagem seletiva de materiais para reaproveitamento ou descarte; a umectação (molhagem) constante das áreas demolidas para controle de poeira; e o carregamento e transporte dos resíduos (entulhos) para local de destinação final licenciado, em estrita observância à legislação municipal e ambiental vigente (Resolução CONAMA 307/2002). Segurança (NR-18 e NR-35): Devido ao elevado risco de desabamentos, quedas e projeção de materiais, a Contratada deve cumprir rigorosamente a NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção) e a NR-35 (Trabalho em Altura). É obrigatório o isolamento e sinalização da área, além do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pesados e sistemas de contenção de poeira e detritos. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais, ferramentas, maquinários (martelletes, caçambas, rompedores) e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa contratada deverá fornecer obrigatoriamente todos os meios de acesso e proteção, sendo responsável pela limpeza rigorosa de toda a área e pela apresentação dos comprovantes de destinação legal do entulho (CTR - Controle de Transporte de Resíduos).				
19	2305	Manutenção gerador - vapor / gasolina	10	R\$ 1.002,5000	R\$ 10.025,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores movidos a gasolina e sistemas geradores de vapor. O objeto compreende a verificação sistemática de níveis de fluidos (óleo lubrificante e líquido de arrefecimento); inspeção técnica de baterias com limpeza e desoxidação de conexões; testes operacionais em carga para validação de desempenho; e análise criteriosa das leituras e indicadores do painel de controle e automação. Procedimentos Adjacentes: Inclui a substituição periódica de filtros de combustível e de ar; verificação da tensão e estado de conservação de correias; medição da concentração de aditivos refrigerantes; limpeza técnica e ajustes finos nos sistemas de carburação/injeção; verificação de torque em parafusos do motor e suportes estruturais; além da limpeza do respiro do cárter para evitar sobrepressão e vazamentos. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá observar as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e máquinas (NR-12), garantindo o isolamento de energias residuais durante a manutenção e a correta sinalização dos equipamentos em teste, visando a proteção contra choques e partes móveis. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (óleos, filtros, aditivos, correias e terminais), ferramentas e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer todos os instrumentos de teste (multímetros, tacômetros e bancos de carga, se necessário), devendo executar a limpeza rigorosa do local e dos equipamentos após a conclusão, com a remoção total de resíduos de óleo ou fuligem gerados.				
20	19810	Manutenção gerador elétrico	8	R\$ 3.091,7500	R\$ 24.734,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupos motogeradores elétricos. O objeto compreende a verificação técnica sistemática, substituição de componentes de desgaste, limpeza especializada e testes operacionais de carga e automação. Procedimentos Adjacentes: Verificação: Inspeção do estado e fixação de conexões de baterias; aferição da tensão de correias e níveis de fluidos; conferência de instrumentos e medições do quadro de comando; reaperto de bornes, relés e contadores; verificação da malha de aterramento; inspeção da boia de combustível e condições do sistema de escapamento. Substituição: Troca programada de filtros de combustível, ar e óleo lubrificante; substituição integral do óleo do cárter e de peças desgastadas ou tecnicamente desatualizadas para garantir a performance. Limpeza: Desoxidação de terminais de bateria; limpeza técnica de filtros de respiro e do respiro do tanque de combustível; higienização interna com ar comprimido seco e limpeza externa de todo o conjunto motogerador. Testes Operacionais: Execução de testes em carga real ou com banco de carga; simulação de falta de rede da concessionária para validação da transferência automática (QTA); medição e registro da tensão entre barra de neutro e terra (USCA) para conformidade técnica. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e máquinas e equipamentos (NR-12), garantindo o bloqueio de energias e a proteção de partes móveis durante as intervenções técnicas. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (óleos lubrificantes, filtros, aditivos, correias e terminais), ferramentas e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer todos os instrumentos de medição e testes (multímetros, alicates amperímetros e analisadores de rede), devendo executar a limpeza rigorosa do local e a remoção de todos os resíduos químicos e embalagens ao final da execução.				
21	2615	Manutenção de motores elétricos	15	R\$ 2.058,5000	R\$ 30.877,5000
Descrição	Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em motores de acionamento de cancelas, portas e portões elétricos. O objeto compreende a realização de inspeções técnicas, limpeza especializada, lubrificação de componentes mecânicos e reparos eletroeletrônicos para garantir a fluidez e segurança nos acessos da Organização Militar. Procedimentos Adjacentes: Manutenção Preventiva: Realização de inspeção visual detalhada para detecção prematura de anomalias; limpeza técnica de resíduos e lubrificação de engrenagens, trilhos e eixos; verificação da integridade de cabos de aço e de alimentação; revisão de placas eletrônicas e circuitos de comando; conferência e reaperto de parafusos estruturais; e execução de testes de funcionamento com calibração de sensores de fim de				

detalhada do serviço a ser prestado	curso e antiesmagamento (fotocélulas). Manutenção Corretiva: Execução de reparos emergenciais ou programados; substituição integral de peças danificadas (estatores, capacitores, engrenagens e centrais de comando); correção de desalinhamentos mecânicos; ajustes de tração e testes para diagnóstico de falhas elétricas ou desgaste excessivo de componentes. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e segurança em máquinas e equipamentos (NR-12), garantindo o bloqueio de energias durante a manutenção e a proteção de partes móveis. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (motores, placas, capacitores, graxas específicas e fiações), ferramentas e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer todos os instrumentos de medição e programação (multímetros e gravadores de controle), devendo executar a limpeza rigorosa do local e a remoção de todos os resíduos metálicos e embalagens ao final da execução.				
22	13595	Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável/ caixa d'agua	1000	R\$ 22,3000	R\$ 22.300,0000
Descrição detalhada do serviço a ser prestado	<p>Descrição do Serviço: Prestação de serviços especializados de higienização, desinfecção e manutenção de reservatórios de água potável e caixas d'água. O objeto compreende o esvaziamento planejado do reservatório; raspagem e escovação mecânica das paredes internas e fundo com utilização de esponjas macias (para preservação da integridade estrutural); remoção completa de lodo, sedimentos e detritos acumulados; e enxágue rigoroso com água limpa para eliminação de resíduos. Procedimentos de Desinfecção: Execução de desinfecção técnica mediante a aplicação de solução bactericida (cloro/água sanitária), utilizando exclusivamente produtos saneantes registrados na ANVISA. O processo deve garantir a eliminação de biofilmes e agentes patógenos, assegurando a potabilidade da água para consumo humano. Certificação e Laudo Técnico: Ao final da execução, a Contratada deverá obrigatoriamente emitir o Certificado de Garantia e o Laudo Técnico, atestando a plena adequação do serviço às normas sanitárias vigentes e da ANVISA, devendo o documento ser assinado por profissional habilitado. Segurança (NR-33 e NR-35): Devido à existência de reservatório externo com 25 metros de altura, é obrigatório o cumprimento rigoroso das normas NR-33 (Trabalho em Espaço Confinado) e NR-35 (Trabalho em Altura). A empresa deve fornecer todos os equipamentos de monitoramento de gases, ventilação e sistemas de ancoragem. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais, insumos químicos, ferramentas, equipamentos de acesso (escadas/andaimes/PTA) e utensílios necessários. A empresa é responsável por executar toda a limpeza posterior à execução do serviço, garantindo a organização da área externa e a destinação adequada dos resíduos removidos.</p>				

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 489.859,75

8.1. A Equipe de Planejamento da Contratação seguiu os parâmetros do Art. 18, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/21 e do Inciso V, Art. 7º, da IN 40/2020, que dispõem sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização da estimativa das quantidades e valores a serem contratados.

8.2. A demanda dos itens, que totaliza o valor estimado de R\$ 489.859,75, advém da análise minuciosa das necessidades de manutenção e suporte logístico da Unidade. Destaca-se que a contratação de empresa especializada, inclusive para serviços como a construção e instalação de alambrados, é uma medida prudente e eficaz para assegurar a inviolabilidade de áreas sensíveis, garantindo que a barreira física instalada cumpra seu papel de segurança com a máxima qualidade técnica e durabilidade exigida por esta Organização Militar.

8.3. Metodologia de Preços: O valor estimado foi obtido por meio de pesquisa de mercado realizada em estrita observância à IN SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se a mediana dos preços coletados em painéis oficiais de governo e cotações diretas com fornecedores especializados, garantindo a compatibilidade com os preços praticados no mercado.

8.4. Abrangência dos Custos: Os valores estimados contemplam a totalidade dos custos necessários para a execução fiel do objeto, incluindo mão de obra qualificada, fornecimento de materiais de 1ª linha (mourões, telas, tintas, componentes elétricos, etc.), equipamentos de proteção (EPI/EPC), ferramentas, encargos sociais, trabalhistas e tributários.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem do seu interesse, proporcionando assim ampla participação e competitividade.

9.2. Viabilidade Técnica e Econômica: Deste modo, haverá melhor aproveitamento de mercado e ampla participação de fornecedores, demonstrando ser a solução técnica e economicamente mais viável para a administração. O parcelamento justifica-se pela natureza distinta dos serviços (elétrica, civil, mecânica, saneamento, serralheria), permitindo que empresas especializadas em cada ramo ofereçam propostas mais precisas e qualificadas.

9.3. Ampla Competitividade: A divisão do objeto em itens atende ao disposto no Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, favorecendo a participação de um maior número de licitantes, inclusive Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), o que potencializa a obtenção do menor preço e evita a concentração do contrato em uma única empresa que poderia não deter expertise para todas as frentes de trabalho.

9.4. Conclusão: Portanto, o parcelamento não acarreta perda de economia de escala, mas sim garante a segurança operacional do 26º GAC, assegurando que cada serviço especializado (como a manutenção de geradores ou o cercamento perimetral) seja executado por quem detém o ferramental e as certificações técnicas adequadas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Insta frisar que, para o tipo de objeto a ser contratado (manutenção preventiva e corretiva sob demanda), **não há a previsibilidade de contratação correlata e/ou interdependente.**

10.2. A presente solução é autossuficiente para o atendimento das necessidades de manutenção predial, industrial e de suporte logístico do 26º GAC, não dependendo da conclusão ou execução de outros processos licitatórios para a sua plena operatividade.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Houve pleno alinhamento entre a contratação e o planejamento da Unidade, identificando a previsão no Plano de Contratações Anual (PCA), detalhado em tópico específico no Termo de Referência, conforme o Art. 12, VII, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A contratação guarda estrita consonância com as metas de manutenção do patrimônio público e eficiência operacional da Organização Militar. O planejamento prévio garantiu que a diversidade de itens (desde o Rancho até os sistemas de energia) fosse contemplada de forma a assegurar a continuidade das atividades administrativas e de instrução do quartel.

11.3. A inclusão desta demanda no planejamento estratégico do 26º GAC permite a otimização dos recursos orçamentários, evitando gastos emergenciais e garantindo que as manutenções preventivas e corretivas ocorram dentro dos parâmetros técnicos e de segurança exigidos pelo Exército Brasileiro.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Operacionalidade do Rancho e Provisões: A contratação permite a manutenção preventiva e corretiva em máquinas, equipamentos de cozinha industrial, câmaras frigoríficas e sistemas de ar-condicionado. Tais serviços são imprescindíveis para o pleno funcionamento do setor de abastecimento, garantindo a continuidade da alimentação da tropa e estendendo a vida útil dos equipamentos industriais.

12.2. Segurança Orgânica e Perimetral: Através dos serviços de instalação de alambrados, cercas, portões elétricos, cancelas e iluminação perimetral, o benefício direto será a manutenção da segurança orgânica de áreas sensíveis, assegurando a inviolabilidade do quartel contra acessos não autorizados.

12.3. Preservação e Habitabilidade: A execução de serviços de pintura, restauração de assoalhos, manutenção de telhados, calhas, forros e pisos garantirá a conservação do patrimônio da União, evitando a degradação das instalações e proporcionando um ambiente de trabalho salubre e funcional para o efetivo.

12.4. Saúde e Saneamento: A higienização técnica de reservatórios de água potável e os serviços de dedetização/desinsetização trazem o benefício direto da prevenção de doenças e garantia de salubridade nas dependências da Organização Militar.

12.5. Segurança Energética e Industrial: A manutenção de linhas de energia energizada, motores elétricos, geradores (vapor/gasolina/elétrico) e equipamentos de soldagem assegura que a Unidade possua autonomia e suporte técnico para missões de prontidão e atividades industriais de suporte logístico.

12.6. Eficiência Licitatória e Econômica: O registro de preços via Pregão Eletrônico (Lei nº 14.133/2021) amplia a competitividade entre empresas especializadas em cada ramo do DFD, reduzindo custos com aquisições diretas e garantindo que o 26º GAC pague estritamente pelos serviços executados sob demanda.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Gestão e Fiscalização: Os setores envolvidos devem viabilizar as ações planejadas para o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços contratados de forma satisfatória, observando a qualidade da prestação do serviço e a garantia. Para tanto, deverá ser publicada em Boletim Interno a designação dos fiscais (titular e substituto) com a devida capacitação para o objeto.



13.2. Controle de Acesso e Segurança Orgânica: A 2ª Seção e a Guarda do Quartel deverão ser orientadas para viabilizar o acesso dos funcionários e veículos das empresas contratadas, mediante identificação prévia e agendamento junto ao Almojarifado, garantindo a fluidez dos serviços sem comprometer a segurança orgânica da Unidade.

13.3. Fluxo de Atendimento: O setor de Aproveitamento (Rancho) e a Seção de Manutenção deverão estabelecer o canal de comunicação para abertura de ordens de serviço (corretivas emergenciais e preventivas), garantindo que as demandas críticas de máquinas de cozinha, câmaras frias e geradores sejam atendidas com prioridade.

13.4. Recebimento e Ateste: Estabelecer protocolo para o recebimento dos serviços e conferência dos materiais aplicados (mourões, telas, tintas, peças de motores), assegurando que o ateste das Notas Fiscais ocorra apenas após a verificação da plena execução técnica e limpeza das áreas.

13.5. Vistoria Técnica: Garantir a disponibilidade de militares para acompanhar as empresas licitantes durante a Vistoria Técnica Obrigatória, fornecendo as informações necessárias sobre as particularidades das instalações e áreas externas do quartel.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Primeiramente, deve ser destacado que a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

14.2. A CONTRATADA deverá observar ainda as seguintes legislações pertinentes:

- a) Logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- b) Observar a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;
- c) Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;
- d) Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias e os critérios padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado;
- e) Art. 33, inciso VI, da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), referente à obrigatoriedade de sistemas de logística reversa para produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
- f) Especificar peças e componentes certificados pelo INMETRO, de acordo com a legislação vigente;
- g) Proceder com adequado descarte de pilhas e baterias utilizadas nos equipamentos e materiais de intercomunicação em conformidade com a Resolução CONAMA nº 401/2008.

14.3. Medidas Mitigadoras e Sustentabilidade:

- Gestão de Resíduos: A contratada será responsável pela remoção técnica e destinação correta de entulhos de construção, sobras de metais (mourões/telas), gesso e resíduos químicos (latas de tinta/solventes), garantindo a limpeza rigorosa das áreas de trabalho no 26º GAC.
- Eficiência de Recursos: A manutenção preventiva, ao prolongar a vida útil de equipamentos industriais e instalações, contribui para a sustentabilidade ao evitar o descarte prematuro de ativos da União.

14.4. Ressalta-se ainda que a escolha da solução considerou as boas práticas de utilização de recursos, redução de desperdício e menor poluição, optando, portanto, pela alternativa que causará menor impacto ambiental.

## 15. Análise de Riscos

15.1. Riscos Orçamentários e de Planejamento:

- Risco: Inexistência ou insuficiência de disponibilidade orçamentária devido a cortes, contingenciamentos ou atrasos na descentralização de créditos, inviabilizando a execução total da demanda.
- Ações Preventivas/Contingência: Basear a contratação no Planejamento Estratégico, Orçamentário e no Plano de Contratações Anual (PCA). Buscar o remanejamento de valores dentro da Unidade Orçamentária (UO) e realizar revisão minuciosa da prioridade imediata dos itens, priorizando manutenções críticas (Rancho/Energia).

15.2. Seleção de Fornecedores Inaptos:

- Risco: Seleção de empresas sem condições técnico-operacionais de cumprir o contrato, resultando em interrupção dos serviços ou abandono do instrumento contratual.
- Ações Preventivas/Contingência: Realização de habilitação criteriosa, exigindo qualificações técnicas específicas (NRs e Atestados) no instrumento convocatório. Caso ocorra infração ou abandono, deve-se acionar a garantia contratual, verificar a possibilidade de rescisão imediata e instruir processo administrativo visando à sanção do fornecedor infrator.

15.3. Riscos na Execução Técnica (NR-10, NR-33 e NR-35):

- Risco: Ocorrência de acidentes de trabalho ou danos ao patrimônio devido à alta complexidade dos serviços (manutenção em altura de 25m, linhas energizadas e espaços confinados).
- Ações Preventivas/Contingência: Exigência de Vistoria Técnica Obrigatória para pleno conhecimento do local. Fiscalização rigorosa do uso de EPIs/EPCs e das certificações dos profissionais. Previsão de refazimento de serviços com defeito às expensas da contratada.

#### 15.4. Risco de Desabastecimento do Rancho:

- Risco: Falha prolongada em equipamentos de cozinha industrial ou câmaras frias por demora no atendimento da contratada.
- Ações Preventivas/Contingência: Estabelecimento de prazos de resposta (SLA) reduzidos para itens críticos do setor de provisionamento no Termo de Referência, sob pena de multa diária

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** a presente contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar e nas informações levantadas ao longo dos estudos e consultas ao mercado.

16.2. Diante das informações contidas nos itens supracitados, conclui-se que a solução proposta — voltada à eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e suporte logístico (com fornecimento integral de materiais e mão de obra)

— é a que melhor atende aos interesses do **26º GAC**.

16.3. A contratação mostra-se técnica e economicamente vantajosa, pois garante o pleno funcionamento de setores críticos (como o **Rancho** e os **Sistemas de Energia**), assegura a **segurança orgânica perimetral** e preserva o patrimônio público, tudo em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e ampla competitividade previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

16.4. Portanto, esta Equipe de Planejamento de Contratação recomenda o prosseguimento do processo para a fase de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, por ser a via mais adequada para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TATIANE APARECIDA RIBEIRO JANSEN**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 11:15:38.*



**ANDRE VARGAS MONTEIRO**

Agente de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMS - 5ª RM E 5ª DE – 15ª Bda Inf Mec  
26º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA  
(16º G A Cav/1908) GRUPO VISCONDE DE GUARAPUAVA  
AVENIDA MANOEL RIBAS, 2286 – CENTRO – GUARAPUAVA/PR –  
CEP 85010-180 FONE (42) 3141-9100 / 3141-9115

**(Processo Administrativo nº 64557.000897/2026-13)**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços comuns de manutenção predial (preventiva e corretiva) e de saneamento ambiental, sob demanda, com fornecimento integral de peças, componentes, materiais e insumos, visando atender às necessidades operacionais e de suporte logístico do 26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
1	Prestação de Serviços de Pintor: Descrição: Pintura técnica de pavilhões em superfícies de madeira, alvenaria, telhados (cimento e barro), pisos e reservatórios metálicos/concreto. Procedimentos Preparatórios: Limpeza profunda, lixamento, remoção de pinturas antigas e degradadas por métodos manuais, mecânicos, químicos ou jateamento, com a devida proteção de superfícies adjacentes e isolamento da área. Pintura de Caixa d'Água: Recuperação e pintura de reservatório externo com 25m de altura. Segurança: Obrigatoriedade de cumprimento rigoroso das normas NR-33 (Trabalho em Espaço Confinado) e NR-35 (Trabalho em Altura), com apresentação de certificados dos profissionais e equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) adequados para grandes altitudes. Responsabilidade da Contratada: Fornecimento integral de todo o material (tintas, solventes, seladores), ferramentas e utensílios necessários. A empresa contratada deverá disponibilizar obrigatoriamente todos os equipamentos de acesso para execução em altura e ambientes industriais, como andaimes fachadeiros, torres de andaimes, compressores e plataformas elevatórias (PTA/PEMT), sendo a única responsável pela montagem, operação, manutenção e segurança dos mesmos. Ao final de cada etapa, a contratada deverá realizar a limpeza rigorosa da área de trabalho e a remoção de todos os resíduos (entulhos e restos de produtos químicos) gerados..	19372	UN	800	R\$ 23,5500	R\$ 18.840,0000
2	Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável/ caixa d'água: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de limpeza e desinfecção técnica de reservatórios de água potável e caixas d'água. O processo compreende a limpeza rigorosa das paredes, fundo e tampa; remoção de lodo, resíduos e impurezas; enxágue com água limpa; despejo controlado da	13595	UN	80	R\$ 145,0000	R\$ 11.600,0000

	<p>água de lavagem; enchimento parcial para nova lavagem de paredes e fundo; novo despejo e limpeza final da tampa, garantindo a eliminação de biofilmes e contaminantes. Laudo de Limpeza e Qualidade: Ao término do serviço, a Contratada deverá emitir laudo técnico assinado por profissional habilitado na área de saneamento (com respectiva ART/RRT). O documento deve conter obrigatoriamente: Inspeção inicial detalhada; registro fotográfico das etapas; descrição minuciosa do processo de limpeza e produtos utilizados; inspeção pós-limpeza; resultados de análise bacteriológica de amostras da água coletadas após a higienização; conclusão técnica e recomendações de manutenção; assinatura e autenticação profissional. Segurança (NR-33 e NR-35): Para a mitigação de riscos e prevenção de acidentes, é obrigatório o cumprimento rigoroso das diretrizes da NR-33 (Espaço Confinado) e NR-35 (Trabalho em Altura), considerando que a Unidade Gestora possui reservatório externo com 25 metros de altura. A empresa deve apresentar certificados de treinamento atualizados de todos os operadores.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais, insumos químicos (autorizados pela ANVISA), ferramentas e utensílios necessários. A empresa deverá fornecer obrigatoriamente todos os equipamentos de acesso e segurança, incluindo plataformas elevatórias (PTA/PEMT), andaimes, detectores de gases, exaustores e tripés de resgate. A contratada é responsável pela limpeza rigorosa da área externa após a execução e pela destinação adequada dos resíduos removidos.</p>					
3	<p>Revestimento de assoalho por verniz: Descrição do Serviço: Manutenção e restauração de assoalhos de madeira, compreendendo as etapas de limpeza profunda, raspagem mecanizada para nivelamento e aplicação de camadas de verniz de alta resistência. O processo inclui a preparação rigorosa do substrato, aspiração completa de pó, varrição e raspagem para remoção de excessos de resíduos, além de higienização com pano úmido isento de ceras ou agentes químicos que possam comprometer a aderência do novo revestimento. Procedimentos Adjacentes: A aplicação do verniz deve respeitar o tempo de cura entre demãos e as condições ambientais para evitar bolhas ou manchas, garantindo um acabamento uniforme em toda a extensão do piso. Segurança: É obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, com foco em proteção auricular para a fase de raspagem e máscaras com filtros para vapores orgânicos durante a aplicação dos produtos químicos.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (lixa, vernizes, seladores), equipamentos (lixadeiras industriais com coletor de pó e aspiradores), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por executar toda a limpeza fina posterior à execução do serviço, entregando o ambiente livre de poeira residual ou detritos.</p>	13420	UN	200	R\$ 52,0500	R\$ 10.410,0000
4	<p>Confecção / Instalação - Calha / manutenção de Calha: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de confecção, instalação e manutenção de calhas e rufos. O objeto compreende a instalação de novos sistemas de escoamento e a manutenção corretiva/preventiva, envolvendo limpeza técnica de detritos, desobstrução de condutores, reparos em danos estruturais, vedação de juntas e pontos de infiltração. Inclui, ainda, a substituição integral de peças danificadas e a retirada segura de materiais degradados (calhas e rufos antigos).</p>	20702	UN	150	R\$ 68,0000	R\$ 10.200,0000

	<p>Segurança (NR-35): Devido à execução obrigatória em altura para acesso aos telhados e platibandas, a Contratada deve cumprir rigorosamente as diretrizes da NR-35 (Trabalho em Altura). Todos os colaboradores devem possuir certificados de treinamento atualizados e utilizar sistemas de ancoragem e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) adequados. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (chapas galvanizadas/alumínio, vedantes, suportes e rebites), ferramentas, maquinários e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa deverá fornecer e operar obrigatoriamente todos os meios de acesso, como escadas extensíveis, andaimes ou plataformas elevatórias (PTA), sendo responsável pela segurança da operação. Ao final da execução, a contratada deve realizar a limpeza total da área e a remoção dos resíduos metálicos ou de alvenaria gerados.</p>					
5	<p>Instalação de Forro / Peça Decorativa de Gesso - Teto / Parede: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de instalação e reparo de forros em PVC ou gesso (placas ou acartonado/drywall) em tetos e paredes, incluindo a instalação de peças decorativas (sancas, molduras e rodapés de gesso). O objeto compreende a preparação rigorosa da área de trabalho com proteção de móveis, pisos e superfícies adjacentes; marcação e fixação de perfis metálicos ou suportes estruturais; montagem e fixação das placas de forro; e execução de acabamento técnico (rejunte e polimento/lixamento) para posterior pintura. Procedimentos Adjacentes: A instalação deve garantir o perfeito nivelamento e alinhamento das peças, bem como a previsão de recortes para luminárias, bicos de sprinkler ou sistemas de ventilação, quando houver. Segurança (NR-35): Considerando que os serviços são executados em tetos e partes altas de paredes, a Contratada deve observar as normas de segurança para trabalho em altura (NR-35), utilizando escadas, andaimes ou plataformas estáveis e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, como óculos de proteção e máscaras para pó. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (placas de gesso/PVC, perfis, arames, parafusos, massas de acabamento), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável pelo fornecimento de todos os meios de acesso (escadas, andaimes e torres de trabalho) e deverá executar a limpeza rigorosa do local após a conclusão, com a remoção total de resíduos de gesso e pó</p>	12700	M²	350	R\$ 71,0040	R\$ 24.851,4000
6	<p>Instalação / Manutenção - Piso Geral: Descrição do serviço: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de instalação e manutenção de revestimentos cerâmicos, porcelanatos e pisos em geral. O objeto compreende a preparação e regularização do contrapiso (se necessário); aplicação técnica de argamassa colante adequada ao tipo de revestimento; assentamento de pisos e rodapés; aplicação de rejunte impermeável e nivelamento preciso da superfície para evitar degraus (ressaltos) entre as peças. Procedimentos Adjacentes: A manutenção inclui a substituição de peças soltas ou danificadas, remoção de rejuntas antigos e nova aplicação, além de recortes técnicos para caixas de inspeção, ralos e passagens de 5312 Metro Quadrado 300 tubulação, garantindo o perfeito alinhamento estético e funcional. Segurança: A Contratada deverá observar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como joelheiras de proteção, óculos de segurança e máscaras para poeira durante o corte</p>	5312	M²	300	R\$ 60,5800	R\$ 18.174,0000

	das peças, visando a saúde do trabalhador e a organização do canteiro de obras. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (cerâmicas, porcelanatos, argamassas, rejuntas e espaçadores/niveladores), ferramentas (cortadoras de piso manuais ou elétricas, batedores de argamassa e desempenadeiras) e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todos os equipamentos de proteção e organização, devendo executar a limpeza rigorosa e a remoção de todos os entulhos e resíduos de argamassa gerados ao final do serviço					
7	<p>Instalação / Manutenção - Cerca / Alambrado / Tela: Descrição do serviço: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de instalação e manutenção de cercas perimetrais, alambrados, telas de proteção, concertinas, gradis e barreiras de proteção para animais. O objeto compreende o cercamento do entorno da Organização Militar, áreas sensíveis e quadras esportivas. Inclui a fixação de mourões (concreto ou metal), tensionamento de arames, instalação de telas galvanizadas ou revestidas em PVC, montagem de concertinas simples ou clipadas em espiral, e soldagem ou parafusagem de painéis de gradil.</p> <p>Procedimentos Adjacentes: A manutenção envolve o reparo de pontos de rompimento, substituição de telas danificadas ou oxidadas, reforço de ancoragem de postes, limpeza de vegetação incrustada nos alambrados e reaperto de arames tensores para garantir a rigidez da estrutura. Segurança: Devido ao manuseio de materiais perfurocortantes (concertinas e arames farpados) e execução em altura para fixação em muros, a Contratada deve cumprir as normas de segurança do trabalho (NR-35, se aplicável) e fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos, como luvas de raspa de couro reforçadas ou malha de aço e proteção ocular.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (telas, arames, concertinas, grampos, esticadores, cimento e areia para fixação), ferramentas (máquinas de solda, lixadeiras, torques e esticadores de tela) e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer todos os meios de acesso e equipamentos de proteção, devendo executar a limpeza rigorosa da área após a conclusão, com a remoção total de sobras de arame e entulhos de escavação</p>	16675	M²	500	R\$ 94,5000	R\$ 47.250,0000
8	<p>Confecção de Placas / Quadros / Distintivos / Artefatos de Acrílico / Metal / Laminado / Pvc: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de confecção e instalação de elementos de comunicação visual e sinalização técnica. O objeto compreende a produção de placas, quadros, distintivos e artefatos diversos utilizando substratos de acrílico, metal (alumínio/aço), laminados fenólicos ou PVC. Inclui a fabricação de placas de identificação, sinalização, regulamentação, indicação, sinalização de obras, educativas e de advertência, conforme solicitação do órgão e artes fornecidas.</p> <p>Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve o corte preciso (laser, CNC ou guilhotina), gravação (química, laser ou mecânica), aplicação de películas refletivas ou vinis adesivos de alta performance, além da furação e preparação para fixação em paredes, suportes metálicos ou suspensão.</p> <p>Segurança: A Contratada deverá observar as normas de segurança para instalação, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, como luvas de proteção contra cortes e óculos de segurança durante a manipulação de metais e polímeros. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar</p>	5452	UN	180	R\$ 63,9950	R\$ 11.519,1000

	integralmente todos os materiais (placas, chapas, adesivos, parafusos e suportes), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todos os meios de acesso para instalação e deverá executar a limpeza rigorosa dos locais de fixação, com a remoção total de rebarbas e resíduos de materiais.					
9	<p>Chaveiro: Descrição do Serviço: Prestação de serviços especializados de chaveiro, compreendendo a cópia, abertura, instalação, manutenção e conserto de chaves e fechaduras diversas. O objeto inclui a confecção de cópias de chaves comuns e codificadas; programação de chaves eletrônicas; abertura técnica e instalação de fechaduras em portas, mobiliários e cofres; além da manutenção corretiva de mecanismos de travamento, conserto de trancas de veículos, troca de segredos de fechaduras e cadeados, entre outros serviços correlatos à atividade de chaveiro. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve o fornecimento de cilindros, miolos, carcaças de chaves codificadas e componentes internos de reposição, garantindo o perfeito funcionamento mecânico e eletrônico dos sistemas de segurança e acesso da Organização Militar. Segurança e Sigilo: A Contratada deverá observar o máximo sigilo profissional quanto aos segredos e códigos manipulados. Todos os serviços de abertura e troca de segredo devem ser acompanhados e atestados pelo fiscal do contrato ou responsável pelo setor, garantindo a integridade da segurança orgânica. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (blanks de chaves, chips de codificação, cilindros, fechaduras e lubrificantes), equipamentos (máquinas copiadoras de precisão, scanners de codificação e ferramentas de abertura), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todo o maquinário técnico especializado e deverá executar a limpeza rigorosa do local de instalação, com a remoção total de limalhas e resíduos metálicos gerados</p>	5436	UN	50	R\$ 40,8150	R\$ 2.040,7500
10	<p>Instalação / Manutenção – Cobertura/Passarela/Toldo/Barraca: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de confecção, instalação, manutenção, montagem e desmontagem de estruturas de proteção e cobertura. O objeto compreende a colocação ou substituição de lonas e placas em estruturas metálicas ou de alumínio, abrangendo toldos de diversos modelos, coberturas fixas ou retráteis, passarelas de circulação e barracas operacionais. Inclui a instalação técnica de coberturas em policarbonato (alveolar ou compacto), substituição de lonas antigas por placas rígidas de policarbonato, bem como a confecção e reparo de toldos e coberturas específicas para caçambas de viaturas militares. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve a preparação das estruturas de suporte (lixamento e pintura anticorrosiva, se necessário), tensionamento adequado de lonas, vedação de junções com selantes específicos para evitar infiltrações, e a verificação de sistemas de articulação e fixação mecânica para garantir a resistência a ventos e intempéries. Segurança (NR-35): Devido à execução obrigatória em altura para instalação em fachadas e passarelas, a Contratada deve cumprir rigorosamente as diretrizes da NR-35 (Trabalho em Altura). É obrigatório o uso de sistemas de ancoragem, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) adequados para prevenir quedas. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (lonas de PVC/nylon, placas de policarbonato, perfis</p>	17809	UN	5	R\$ 325,0000	R\$ 1.625,0000

	metálicos, ferragens e vedantes), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa contratada deverá fornecer obrigatoriamente todos os meios de acesso, como escadas, andaimes ou plataformas elevatórias (PTA), sendo responsável pela limpeza rigorosa da área de trabalho e remoção de retalhos de materiais ao final da execução.					
11	<p>Desinsetização / Desratização / Dedetização: Descrição do serviço: Descrição do Serviço: Prestação de serviços especializados de controle de pragas urbanas, compreendendo as atividades de Desinsetização, Desratização e Dedetização. O objeto inclui a eliminação de infestações de insetos, aracnídeos (aranhas/escorpiões), quilópodes, diplópodes e outros animais sinantrópicos que infestam ambientes urbanos. A Desratização consiste na eliminação direcionada de roedores em áreas específicas, mediante a aplicação técnica de raticidas, iscas e instalação de armadilhas. Laudo e Certificação: Após cada aplicação, a Contratada deverá emitir obrigatoriamente um Laudo Técnico/Certificado de Execução, assinado por profissional habilitado (Responsável Técnico). O documento deve informar detalhadamente: os grupos de pragas alvo; os nomes comerciais e princípios ativos dos produtos aplicados (conforme registro na ANVISA); as dosagens; as áreas tratadas; as recomendações de segurança e os cuidados necessários pós-aplicação. Segurança: A Contratada deverá observar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos para manipulação de domissanitários, garantindo o isolamento das áreas durante a aplicação e respeitando os períodos de reentrada estabelecidos nos rótulos dos fabricantes para segurança do efetivo. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (inseticidas, raticidas, géis e iscas), equipamentos (atomizadores, pulverizadores e termonebulizadores), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável pelo fornecimento de todos os insumos químicos e deverá executar toda a limpeza posterior à execução, incluindo a remoção e destinação adequada de embalagens vazias e carcaças de roedores, quando houver.</p>	3417	UN	70	R\$ 789,5000	R\$ 55.265,0000
12	<p>Manutenção de Linhas de Distribuição Energia Elétrica Energizada: Descrição do Serviço: Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva em linhas de distribuição de energia elétrica, incluindo intervenções em redes de média e baixa tensão em regime de linha energizada (contato/distância). O objeto compreende a realização de ligações elétricas em postes; readaptação, reparação e inspeção de redes; lubrificação e troca de componentes estruturais; reaperto de conexões para prevenção de pontos quentes (superaquecimento); limpeza técnica de contatos e componentes; passagem de condutores; montagem de quadros de distribuição, caixas de tomada e disjuntores; além da substituição de lâmpadas em sistemas de iluminação pública e interna. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve a utilização de técnicas específicas para intervenção sem interrupção do fornecimento, garantindo a continuidade operacional da Unidade Militar. Inclui a verificação de isoladores, chaves seccionadoras e aterramentos. Segurança (NR-10 e NR-35): Devido ao altíssimo risco elétrico e à execução em altura, a Contratada deve cumprir rigorosamente as diretrizes das normas NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura). É obrigatória a apresentação de certificados de treinamento específicos para "Sistema Elétrico de Potência" (SEP) e a utilização de ferramentas isoladas e Equipamentos de Proteção</p>	5070	UN	15	R\$ 4.900,0000	R\$ 73.500,0000



	Individual (EPI) e Coletiva (EPC) com certificação de isolamento térmico e elétrico. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (fios, cabos, isoladores, disjuntores, conectores e lâmpadas), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa contratada deverá fornecer obrigatoriamente caminhão cesto isolado, escadas especiais de fibra, plataformas elevatórias (PTA) e todos os dispositivos de segurança necessários para intervenção em linha viva. A contratada é responsável pela limpeza rigorosa da área e remoção de sucatas e resíduos elétricos ao final da execução.					
13	<p>Manutenção em Equipamento de Soldagem: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de soldagem (inversores, transformadores, máquinas MIG/MAG e TIG). O objeto compreende a realização de inspeções técnicas, limpeza profunda de componentes, substituição de peças desgastadas e calibração de parâmetros operacionais. As inspeções envolvem a verificação de estanqueidade para evitar vazamentos de gás, detecção de cabos/fios de solda desgastados e reaperto de conexões elétricas soltas ou oxidadas. Procedimentos Adjacentes: A limpeza técnica consiste na remoção de poeira, fuligem e resíduos metálicos internos e externos com uso de ar comprimido seco; remoção de escória com ferramentas especializadas; e eliminação de umidade acumulada. A substituição de peças inclui a troca de bicos de tocha, porta- eletrodos, difusores e reguladores de gás. A calibração envolve o ajuste preciso de tensão (voltagem), velocidade de alimentação do arame e vazão de gás, de acordo com as especificações do metal e do processo de soldagem utilizado. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá observar as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e segurança no trabalho em máquinas e equipamentos (NR-12), garantindo que os dispositivos de proteção térmica e aterramento dos equipamentos de solda estejam em perfeito estado após a intervenção.</p> <p>Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (bicos, eletrodos, mangueiras, conectores e componentes eletrônicos), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todos os instrumentos de medição e calibração (multímetros, alicates amperímetros e medidores de vazão), devendo executar a limpeza rigorosa da bancada e dos equipamentos após a conclusão, com a remoção total de resíduos metálicos e poeira gerados.</p>	3123	UN	30	R\$ 128,5000	R\$ 3.855,0000
14	<p>Instalação / Manutenção - Porta / Cancela / Portão elétrico: Descrição do Serviço: Prestação de serviços técnicos de instalação e manutenção preventiva/corretiva de portões, portas e cancelas automáticas. O objeto compreende a automação de acessos mediante a fixação de motores, conexão de cabos de energia e controle, e preparação estrutural do local para suporte de carga. Inclui a medição e marcação de pontos de fixação; desligamento seguro de circuitos alimentadores; chumbamento de motores em bases de concreto; conexão a disjuntores de proteção; instalação de cremalheiras, braços articulados ou pistões; conexão de condutores elétricos; parametrização de centrais de comando e controles remotos; e testes finais de fim de curso e sensibilidade. Procedimentos Adjacentes: A manutenção envolve a limpeza técnica e lubrificação de engrenagens e trilhos; reaperto de parafusos e cabos de aço; substituição de peças danificadas (placas eletrônicas, capacitores, estator); verificação de sistemas elétricos e</p>	18406	UN	50	R\$ 900,0000	R\$ 45.000,0000

	sensores de barreira (fotocélulas); além de inspeções regulares para garantir o pleno funcionamento e evitar travamentos. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá observar rigorosamente as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e segurança em máquinas e equipamentos (NR-12), garantindo que os dispositivos de parada de emergência e sensores antiesmagamento estejam operacionais para evitar acidentes com pessoal ou viaturas. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (motores, cremalheiras, cabos, disjuntores e centrais), ferramentas (furadeiras, máquinas de solda e multímetros) e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todo o maquinário de instalação e programação, devendo executar a limpeza rigorosa do local após a conclusão, com a remoção de sobras de metal, embalagens e resíduos de concreto.					
15	<p>Construção / Manutenção / Reforma – Telhado: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção predial compreendendo a construção, manutenção corretiva/preventiva e reforma de coberturas (telhados). O objeto envolve a avaliação técnica da equipe executora; remoção de telhas e madeiramentos/estruturas metálicas comprometidas; reforço ou substituição de terças, caibros e ripas; impermeabilização de pontos críticos; e instalação de novas coberturas.</p> <p>Procedimentos Adjacentes: Construção/Instalação: Fornecimento e instalação técnica de telhas de fibrocimento, cerâmicas ou metálicas, incluindo a colocação de cumeeiras, rufos e peças de acabamento. Manutenção: Substituição de peças danificadas, correção de falhas de encaixe ou fixação, desobstrução de calhas integradas e inspeção rigorosa para detecção de rachaduras, deslocamentos ou focos de infiltração. Reforma: Reestruturação do conjunto de cobertura, com atenção à natureza do suporte (madeira ou metal), garantindo que a tipologia da telha aplicada seja compatível com a estrutura existente, conforme definido na ordem de serviço.</p> <p>Segurança (NR-35): Devido à execução obrigatória em altura, a Contratada deve cumprir rigorosamente as diretrizes da NR-35 (Trabalho em Altura). É obrigatória a utilização de sistemas de ancoragem e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (telhas, madeiramento, perfis metálicos, parafusos de vedação e mantas impermeabilizantes), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer e operar todos os meios de acesso, como andaimes fachadeiros, escadas e plataformas elevatórias (PTA), devendo executar a limpeza rigorosa do local e a remoção de todos os entulhos ao final da execução.</p>	19224	UN	100	R\$ 136,4300	R\$ 13.643,0000
16	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e limpeza técnica de sistemas de ar condicionado (Splits, ACJs e sistemas centrais). O objeto compreende a execução de rotinas para garantir a qualidade do ar e a eficiência energética, incluindo a limpeza profunda de filtros e serpentinas; verificação de danos, pontos de corrosão e integridade do isolamento térmico; inspeção de fixações e níveis de vibração das unidades evaporadoras e condensadoras. Procedimentos Adjacentes: Envolve a revisão de todos os contatos elétricos, disjuntores, tomadas e	2771	UN	80	R\$ 350,0000	R\$ 28.000,0000

	<p>cabeamentos; detecção e reparo de vazamentos de gás; medição da temperatura de retorno e insuflamento; verificação da necessidade de substituição ou recarga de fluido refrigerante; reaperto de parafusos de gabinetes e painéis; lubrificação de motores e ventiladores; e a obrigatoriedade do uso de produtos bactericidas, fungicidas e algicidas autorizados pela ANVISA para a higienização química dos equipamentos. Segurança e Normas (PMOC): A Contratada deverá observar rigorosamente a Lei nº 13.589/2018 e a Portaria nº 3.523/GM, mantendo atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). Devido à instalação de condensadoras em fachadas, deve-se cumprir a NR-35 (Trabalho em Altura) e a NR-10 para intervenções elétricas. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (fluidos refrigerantes, bactericidas, filtros, fitas isolantes e componentes elétricos), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa é responsável por fornecer todos os meios de acesso (escadas e andaimes) e instrumentos de medição (manômetros e termômetros), devendo executar a limpeza rigorosa do local após a conclusão do serviço.</p>					
17	<p>Ar Condicionado - Instalação/Montagem/Desmontagem/Remoção - (Parede / Sistemas): Descrição do Serviço: Prestação de serviços técnicos de instalação, montagem, desmontagem e remoção de aparelhos de ar condicionado (modelos Split, Janela ou sistemas centrais). O objeto compreende a execução de infraestrutura elétrica e frigorígena dedicada; fixação técnica das unidades internas (evaporadoras) e externas (condensadoras); interconexão de tubulações de cobre; realização de vácuo no sistema para eliminação de umidade; e instalação de sistemas de drenagem para escoamento de condensado. Procedimentos Adjacentes: Instalação e Montagem: Comissionamento do equipamento com verificação de pressões, temperaturas de insuflamento, fluxo de ar, testes de estanqueidade para detecção de vazamentos e parametrização de controles remotos. Toda a instalação deve seguir rigorosamente as normas NBR 16069 (Segurança em sistemas de refrigeração) e NBR 16655 (Instalação de sistemas residenciais de ar-condicionado – Split). Desmontagem e Remoção: Desinstalação completa de todos os componentes (unidades, suportes e tubulações), com o recolhimento adequado do fluido refrigerante para evitar danos ambientais e vedação dos pontos de espera. Segurança (NR-10 e NR-35): Devido à intervenção em circuitos elétricos e à fixação de condensadoras em fachadas ou telhados, a Contratada deve cumprir as diretrizes das normas NR-10 (Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e sistemas de ancoragem adequados. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (tubulações de cobre, isolamentos térmicos, suportes, cabos elétricos e canaletas), ferramentas e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer obrigatoriamente todos os meios de acesso (escadas, andaimes ou plataformas) e instrumentos técnicos (bombas de vácuo, manômetros e multímetros), devendo executar a limpeza rigorosa do local e a remoção de todos os resíduos após a conclusão.</p>	2020	UN	25	R\$ 150,0000	R\$ 3.750.0000
	<p>Obras Cíveis – Demolições: Descrição do serviço: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de demolição controlada (parcial ou total) de elementos construtivos e estruturas. O objeto</p>					

18	<p>compreende a realização de estudo preliminar do local para garantia da estabilidade das áreas remanescentes e segurança operacional; remoção técnica de equipamentos, esquadrias, instalações hidráulicas e elétricas; demolição de paredes internas, externas, fachadas e revestimentos; além da retirada de pisos, forros e elementos estruturais como pilares e vigas, quando especificado na ordem de serviço. Procedimentos Adjacentes: O serviço envolve a triagem seletiva de materiais para reaproveitamento ou descarte; a umectação (molhagem) constante das áreas demolidas para controle de poeira; e o carregamento e transporte dos resíduos (entulhos) para local de destinação final licenciado, em estrita observância à legislação municipal e ambiental vigente (Resolução CONAMA 307/2002). Segurança (NR-18 e NR-35): Devido ao elevado risco de desabamentos, quedas e projeção de materiais, a Contratada deve cumprir rigorosamente a NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção) e a NR-35 (Trabalho em Altura). É obrigatório o isolamento e sinalização da área, além do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pesados e sistemas de contenção de poeira e detritos. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais, ferramentas, maquinários (martelos, caçambas, rompedores) e utensílios necessários, nas quantidades estimadas. A empresa contratada deverá fornecer obrigatoriamente todos os meios de acesso e proteção, sendo responsável pela limpeza rigorosa de toda a área e pela apresentação dos comprovantes de destinação legal do entulho (CTR - Controle de Transporte de Resíduos).</p>	1635	UN	400	R\$ 56,0000	R\$ 22.400,0000
19	<p>Manutenção gerador - vapor / gasolina: Descrição do serviço: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores movidos a gasolina e sistemas geradores de vapor. O objeto compreende a verificação sistemática de níveis de fluidos (óleo lubrificante e líquido de arrefecimento); inspeção técnica de baterias com limpeza e desoxidação de conexões; testes operacionais em carga para validação de desempenho; e análise criteriosa das leituras e indicadores do painel de controle e automação. Procedimentos Adjacentes: Inclui a substituição periódica de filtros de combustível e de ar; verificação da tensão e estado de conservação de correias; medição da concentração de aditivos refrigerantes; limpeza técnica e ajustes finos nos sistemas de carburação/injeção; verificação de torque em parafusos do motor e suportes estruturais; além da limpeza do respiro do cárter para evitar sobrepressão e vazamentos. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá observar as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e máquinas (NR-12), garantindo o isolamento de energias residuais durante a manutenção e a correta sinalização dos equipamentos em teste, visando a proteção contra choques e partes móveis. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (óleos, filtros, aditivos, correias e terminais), ferramentas e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer todos os instrumentos de teste (multímetros, tacômetros e bancos de carga, se necessário), devendo executar a limpeza rigorosa do local e dos equipamentos após a conclusão, com a remoção total de resíduos de óleo ou fuligem gerados</p>	2305	UN	10	R\$ 1.002,5000	R\$ 10.025,0000

20	<p>Manutenção gerador elétrico: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupos motogeradores elétricos. O objeto compreende a verificação técnica sistemática, substituição de componentes de desgaste, limpeza especializada e testes operacionais de carga e automação. Procedimentos Adjacentes: Verificação: Inspeção do estado e fixação de conexões de baterias; aferição da tensão de correias e níveis de fluidos; conferência de instrumentos e medições do quadro de comando; reaperto de bornes, relés e contadores; verificação da malha de aterramento; inspeção da boia de combustível e condições do sistema de escapamento. Substituição: Troca programada de filtros de combustível, ar e óleo lubrificante; substituição integral do óleo do cárter e de peças desgastadas ou tecnicamente desatualizadas para garantir a performance. Limpeza: Desoxidação de terminais de bateria; limpeza técnica de filtros de respiro e do respiro do tanque de combustível; higienização interna com ar comprimido seco e limpeza externa de todo o conjunto motogerador. Testes Operacionais: Execução de testes em carga real ou com banco de carga; simulação de falta de rede da concessionária para validação da transferência automática (QTA); medição e registro da tensão entre barra de neutro e terra (USCA) para conformidade técnica. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e máquinas e equipamentos (NR-12), garantindo o bloqueio de energias e a proteção de partes móveis durante as intervenções técnicas. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (óleos lubrificantes, filtros, aditivos, correias e terminais), ferramentas e utensílios necessários. A empresa é responsável por fornecer todos os instrumentos de medição e testes (multímetros, alicates amperímetros e analisadores de rede), devendo executar a limpeza rigorosa do local e a remoção de todos os resíduos químicos e embalagens ao final da execução.</p>	19810	UN	8	R\$ 3.091,7500	R\$ 24.734,0000
21	<p>Manutenção de motores elétricos: Descrição do Serviço: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em motores de acionamento de cancelas, portas e portões elétricos. O objeto compreende a realização de inspeções técnicas, limpeza especializada, lubrificação de componentes mecânicos e reparos eletroeletrônicos para garantir a fluidez e segurança nos acessos da Organização Militar. Procedimentos Adjacentes: Manutenção Preventiva: Realização de inspeção visual detalhada para detecção prematura de anomalias; limpeza técnica de resíduos e lubrificação de engrenagens, trilhos e eixos; verificação da integridade de cabos de aço e de alimentação; revisão de placas eletrônicas e circuitos de comando; conferência e reaperto de parafusos estruturais; e execução de testes de funcionamento com calibração de sensores de fim de curso e antiesmagamento (fotocélulas). Manutenção Corretiva: Execução de reparos emergenciais ou programados; substituição integral de peças danificadas (estatores, capacitores, engrenagens e centrais de comando); correção de desalinhamentos mecânicos; ajustes de tração e testes para diagnóstico de falhas elétricas ou desgaste excessivo de componentes. Segurança (NR-10 e NR-12): A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas de segurança em eletricidade (NR-10) e segurança em máquinas e equipamentos (NR-12), garantindo o bloqueio de energias durante a manutenção e a proteção de partes móveis. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais (motores, placas, capacitores, graxas específicas e fiações), ferramentas e utensílios necessários. A empresa é</p>	2615	UN	15	R\$ 2.058,5000	R\$ 30.877,5000

	responsável por fornecer todos os instrumentos de medição e programação (multímetros e gravadores de controle), devendo executar a limpeza rigorosa do local e a remoção de todos os resíduos metálicos e embalagens ao final da execução					
22	<p>Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável: Descrição do Serviço: Prestação de serviços especializados de higienização, desinfecção e manutenção de reservatórios de água potável e caixas d'água. O objeto compreende o esvaziamento planejado do reservatório; raspagem e escovação mecânica das paredes internas e fundo com utilização de esponjas macias (para preservação da integridade estrutural); remoção completa de lodo, sedimentos e detritos acumulados; e enxágue rigoroso com água limpa para eliminação de resíduos. Procedimentos de Desinfecção: Execução de desinfecção técnica mediante a aplicação de solução bactericida (cloro/água sanitária), utilizando exclusivamente produtos saneantes registrados na ANVISA. O processo deve garantir a eliminação de biofilmes e agentes patógenos, assegurando a potabilidade da água para consumo humano. Certificação e Laudo Técnico: Ao final da execução, a Contratada deverá obrigatoriamente emitir o Certificado de Garantia e o Laudo Técnico, atestando a plena adequação do serviço às normas sanitárias vigentes e da ANVISA, devendo o documento ser assinado por profissional habilitado. Segurança (NR-33 e NR-35): Devido à existência de reservatório externo com 25 metros de altura, é obrigatório o cumprimento rigoroso das normas NR-33 (Trabalho em Espaço Confinado) e NR-35 (Trabalho em Altura). A empresa deve fornecer todos os equipamentos de monitoramento de gases, ventilação e sistemas de ancoragem. Responsabilidade da Contratada: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar integralmente todos os materiais, insumos químicos, ferramentas, equipamentos de acesso (escadas/andaimes/PTA) e utensílios necessários. A empresa é responsável por executar toda a limpeza posterior à execução do serviço, garantindo a organização da área externa e a destinação adequada dos resíduos removidos</p>	13595	M²	1000	R\$ 22,3000	R\$ 22.300,0000

1.2. O objeto possui a natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1. Os serviços caracterizam-se como não contínuos, configurando obrigações de fazer que se resolvem em episódios pontuais e específicos, sem necessidade de manutenção de postos permanentes.

1.2.2. As periodicidades estimadas (ex: dedetização mensal) constituem parâmetros de planejamento sanitário e preventivo, não descaracterizando a natureza eventual da prestação.

1.3. Quantitativos: Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela de especificações deste Termo de Referência.

1.4. Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Regime de Execução:

1.5.1. O regime de execução será por Empreitada por Preço Unitário, conforme o Art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.5.2. A execução ocorrerá sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo o pagamento realizado estritamente por unidade de serviço efetivamente executada e atestada pela fiscalização.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual PCA 2026 - 160228 - 26 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA, conforme detalhamento a seguir:

I) id pca no pncp: 00394452000103-0-000065/2026

ii) data de publicação no pncp: 29/04/2025

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e na Lei nº 14.133/2021:

Logística Reversa: Obrigatoriedade de sistema de logística reversa para descarte de bens e refugos químicos, conforme a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022.

Conformidade Normativa: Observância estrita da Instrução Normativa SEGES/MP nº 01/2010 (e atualizações) para a utilização de produtos com menor impacto ambiental e controle de desperdício de recursos.

Gestão de Resíduos: A contratada é integralmente responsável pela remoção técnica e destinação ambientalmente adequada de resíduos químicos (embalagens de saneantes, solventes, tintas e raticidas), garantindo a limpeza rigorosa das áreas do 26º GAC.

4.1.1. Durante a execução dos serviços, a contratada deverá:

I – Utilizar produtos de limpeza e saneantes registrados na ANVISA, priorizando aqueles com baixa toxicidade e biodegradáveis;

II – Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada (Lei nº 9.433/1997);

III – Realizar a separação dos resíduos na fonte geradora e sua destinação conforme a logística reversa prevista no Decreto nº 10.936/2022;

IV – Respeitar as Normas Brasileiras (NBR/ABNT) aplicáveis aos resíduos sólidos e efluentes.

4.1.2. Logística Reversa de Saneantes e Químicos:

a) Retornar as embalagens vazias e sobras de produtos ao seu estabelecimento operacional imediatamente após o uso para inutilização e descarte;

b) Condição de Pagamento: A contratada deverá manter sob sua guarda os comprovantes de destinação final (recibos de entrega em postos licenciados ou MTR), devendo apresentá-los sempre que solicitado pela fiscalização.

4.1.3. Responsabilidade Social e Trabalho Decente:

a) Não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ("Lista Suja");

b) Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme o Art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.4. Licenciamento e Responsabilidade Técnica:

A empresa deve estar licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente e possuir registro ativo no conselho profissional (CRQ, CRBio ou CREA) compatível com a formação de seu Responsável Técnico e com o objeto da contratação.

4.1.5. Do Descarte de Resíduos de Gordura e Reservatórios:

- a) É terminantemente proibido o descarte de lodo ou gordura na rede pública de esgoto ou galerias de águas pluviais da Unidade Militar;
- b) O material coletado deve ser transportado em recipientes estanques até unidade de tratamento licenciada;
- c) Obrigação Documental: Após cada operação de limpeza de caixa de gordura ou reservatório, a empresa deve anexar à Nota Fiscal o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) emitido via sistema SINIR/IBAMA (ou sistema estadual equivalente), comprovando o descarte regular.

#### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início e Acionamento: A execução ocorrerá a partir do recebimento da Nota de Empenho, mediante agendamento prévio com o setor do Almoxarifado através do e-mail: [almox\\_26gac@hotmail.com](mailto:almox_26gac@hotmail.com).

5.1.2. Natureza do Serviço: Os serviços caracterizam-se como comuns e não contínuos, executados sob demanda conforme a necessidade do 26º GAC, sem gerar vínculo empregatício ou subordinação direta.

5.1.3. Horário de Expediente: Os serviços deverão ser realizados prioritariamente nos seguintes horários:  
Segunda a Quinta-feira: das 08h00 às 17h00;  
Sexta-feira: das 08h00 às 12h00.

5.1.4. Atendimentos Críticos (Urgências): Para manutenções em áreas essenciais (como o Rancho ou Geradores), a contratada poderá ser acionada em horários diferenciados, inclusive finais de semana, sob coordenação da Fiscalização.

5.1.5. Segurança e Acesso ao Aquartelamento:

Identificação: O acesso dar-se-á pela entrada principal mediante identificação individual. A empresa deve enviar lista com Nome e CPF dos funcionários com 24h de antecedência.

Pontos Sensíveis: É vedada a aproximação de pontos sensíveis (Reserva de Armamento e Paiol) sem autorização prévia e acompanhamento militar.

Sigilo: A contratada deve manter sigilo absoluto sobre as particularidades das instalações militares.

5.1.6. Procedimentos de Higienização (Reservatórios) / Comprovação da Execução e Qualidade:

Ao término dos serviços em cada reservatório, a contratada deverá apresentar:

I. Relatório Fotográfico: Fotos nítidas do "Antes", "Durante" (limpeza das paredes/tampa) e "Depois" (caixa limpa e lacrada).

II. Certificado de Higienização: Contendo data, produtos utilizados e validade (6 meses).

III. Laudo de Potabilidade: Resultado de análise laboratorial (Coliformes e E. coli) realizada em laboratório acreditado, comprovando que a água está própria para consumo conforme a Portaria GM/MS nº 888.

IV. Responsabilidade Técnica: Os laudos devem ser acompanhados da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT, devidamente quitada.

5.1.7. Segurança do Trabalho (NRs): É obrigatório o cumprimento das normas NR-33 (Espaço Confinado) e NR-35 (Trabalho em Altura), com apresentação de certificados de treinamento de toda a equipe antes do início das atividades.

#### **5.2. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**



5.2.1. O serviço será executado primordialmente nas dependências da CONTRATANTE, situada na Av. Manoel Ribas, 2286 - Centro, Guarapuava - PR, CEP 85010-240, em regime de agendamento prévio.

5.2.2. Conforme a necessidade da Administração, os serviços poderão ser realizados em outros endereços ou áreas sob jurisdição do 26º GAC (vilas militares, campos de instrução ou depósitos), mediante solicitação formal e indicação do local exato.

5.2.3. Os serviços deverão ser realizados estritamente nos horários de expediente da Organização Militar, conforme previsto no ETP:

Segunda a Quinta-feira: das 08h00 às 17h00;

Sexta-feira: das 08h00 às 12h00;

Urgências: Casos críticos (como no Rancho ou Geradores) poderão ter horários diferenciados, sob coordenação da Fiscalização.

5.2.4. Controle de Acesso e Identificação:

O acesso dos prestadores de serviço dar-se-á pela entrada principal da Instituição, mediante identificação individual;

Para cada execução, a empresa contratada deverá enviar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, uma lista nominal contendo nome completo e CPF de todos os funcionários que realizarão o serviço; Somente será permitida a entrada de profissionais que constem na lista enviada e que portem documento de identificação oficial com foto;

Todos os integrantes da empresa deverão apresentar-se devidamente uniformizados para facilitar a identificação visual dentro do Aquartelamento.

#### **5.4. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, insumos químicos (saneantes/venenos registrados na ANVISA), equipamentos (pulverizadores, atomizadores, caminhão auto-vácuo, etc.), ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição imediata quando necessário.

5.4.2. É de responsabilidade exclusiva da Contratada o fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) adequados aos riscos das atividades (NR-06, NR-33 e NR-35), bem como os equipamentos de acesso para o reservatório de 25 metros de altura.

#### **5.5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

5.5.1. A demanda da Organização Militar fundamenta-se nas seguintes características de periodicidade e execução:

I – Controle de Pragas (Dedetização/Desratização): Deverá ser realizada mensalmente, seguindo o cronograma e os horários disponibilizados pelo Setor de Aprovisionamento (Rancho), garantindo a ausência de vetores em áreas de manipulação de alimentos.

II – Higienização de Reservatórios (Caixas d'água): Prevista para ocorrer a cada 6 (seis) meses, incluindo a limpeza técnica e a subsequente Análise Microbiológica de Potabilidade para emissão de laudo técnico.

III – Limpeza de Caixas de Gordura: Prevista para ocorrer a cada 6 (seis) meses, ou em intervalo menor caso a fiscalização identifique saturação que comprometa o sistema de esgoto do Rancho.

IV – Análise Microbiológica da Água: Deverá ser realizada semestralmente, logo após a higienização dos reservatórios, por laboratório devidamente credenciado.

5.5.2. A licitante deve considerar em sua proposta que os serviços são sob demanda, e as quantidades descritas no Termo de Referência representam a estimativa máxima para 12 meses, não obrigando a Administração à contratação total.

#### **5.6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**

(Art. 40, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6.2. Independentemente do prazo legal, a contratada deverá garantir a eficácia dos serviços de:

I - Controle de Vetores e Pragas: Garantia de assistência técnica e repasse (reaplicação sem ônus) caso ocorra reinfestação no período de 30 (trinta) dias após a execução;

II - Higienização de Reservatórios: Garantia da potabilidade da água e integridade da limpeza até a próxima medição semestral, salvo contaminação externa comprovada da rede de abastecimento.

5.6.3. A contratada deverá refazer, às suas expensas, os serviços que comprovadamente tenham sido executados com erros, imperfeições técnicas ou utilização de materiais inadequados.

## **5.7. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

5.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto (serviço comum e não contínuo), conforme planejado no Estudo Técnico Preliminar 21/2026.

5.7.2. Ao término do contrato ou da nota de empenho, a empresa deverá apenas garantir a retirada de todos os seus materiais e equipamentos das dependências do 26º GAC, sob pena de abandono após 30 dias.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail oficial) para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em casos de emergência no Setor de Aprovisionamento ou falha crítica nos reservatórios.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o 26º GAC poderá convocar a contratada para uma reunião inicial de alinhamento, visando a apresentação do plano de fiscalização, mecanismos de controle de acesso ao aquartelamento e estratégias para execução do objeto sem interrupção das rotinas militares.

6.6. Fiscalização e Registro:

6.6.1. Conforme o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução será acompanhada e fiscalizada por militar especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências e falhas detectadas (indicando dia, mês, ano e nome dos empregados envolvidos).

6.6.2. O fiscal exigirá a apresentação imediata dos laudos técnicos e certificados de execução de cada etapa (dedetização/limpeza), sendo o ateste da nota fiscal condicionado à entrega dessa documentação.

### **6.6. DA FISCALIZAÇÃO**

6.6.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, ou seus substitutos, conforme o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **A) FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

6.6.2. O Fiscal Técnico acompanhará a execução para assegurar que os serviços de dedetização, limpeza de caixas d'água e gordura cumpram as condições estabelecidas, observando:

I. O cumprimento do cronograma e horários de expediente da OM;

II. A qualidade dos insumos e o uso obrigatório de EPIs (NR-06, NR-33 e NR-35);

III. A anotação em registro próprio de todas as ocorrências e falhas detectadas;

IV. A emissão de notificações para correção de irregularidades, determinando prazo para o saneamento (Decreto nº 11.246/2022, art. 22).

#### **B) FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.6.3. O Fiscal Administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada e os aspectos burocráticos do contrato, competindo-lhe:

- I. Acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias e as glosas;
- II. Fiscalizar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa para fins de pagamento;
- III. Atuar tempestivamente em caso de descumprimento de obrigações contratuais, reportando ao Gestor para providências cabíveis (Art. 23 do Decreto nº 11.246/2022).

## **GESTÃO DO CONTRATO**

6.15.1. O Gestor do Contrato coordenará as atividades de fiscalização e será o responsável pelas decisões que ultrapassarem a competência dos fiscais, competindo-lhe:

- I. Convocar a reunião inicial com a contratada para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre obrigações, mecanismos de aferição e sanções aplicáveis;
- II. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento atualizado com ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV);
- III. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, anotando eventuais problemas que obstem o fluxo da liquidação no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III);
- IV. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais (técnico e administrativo) quanto ao cumprimento das obrigações e desempenho da contratada, baseado em indicadores objetivamente definidos (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII);
- V. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções ou rescisão contratual em caso de inexecução (Art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X);
- VI. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos da contratação e sugestões para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI);
- VII. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO DO RECEBIMENTO**

7.1. Os serviços serão recebidos conforme o rito estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.246/2022.

7.2. Recebimento Provisório:

7.2.1. Será realizado no prazo de 10 (dez) dias pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, após a comunicação de cobrança pela contratada com a comprovação da prestação dos serviços.

7.2.2. O Fiscal Técnico verificará o cumprimento das exigências técnicas (execução física da limpeza/dedetização e uso de produtos autorizados).

7.2.3. O Fiscal Administrativo verificará o cumprimento das exigências administrativas (regularidade fiscal e trabalhista).

7.2.4. O recebimento provisório fica condicionado à entrega dos certificados de execução e, quando couber, dos Laudos de Análise Microbiológica e manuais pertinentes (Art. 140, I, "a" da Lei nº 14.133/2021).

7.2.5. A fiscalização não atestará a medição enquanto não forem sanadas eventuais pendências, vícios ou defeitos na execução ou nos materiais empregados.

7.2.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.2.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação

das penalidades cabíveis.

7.2.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.0. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Recebimento Definitivo:

7.3.1. Ocorre no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço.

7.3.2. Para o recebimento definitivo, o Gestor do Contrato deverá:

I. Emitir documento de avaliação de desempenho da contratada com base nos indicadores definidos;

II. Analisar a documentação técnica, garantindo que os resultados das análises de água atestem a potabilidade conforme as normas de saúde;

III. Emitir o Termo Detalhado de Recebimento Definitivo;

IV. Autorizar a empresa a emitir a Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução (dimensão ou qualidade), aplicar-se-á o Art. 143 da Lei nº 14.133/2021, procedendo-se o pagamento apenas da parcela incontroversa.

7.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

### **7.13. DA LIQUIDAÇÃO**

7.13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o prazo para a liquidação da despesa será de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da IN SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.13.2. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal apresenta os elementos essenciais, tais como:

I. Prazo de validade e data de emissão;

II. Dados do contrato e do 26º Grupo de Artilharia de Campanha;

III. Período respectivo de execução do serviço;

IV. Valor a pagar e destaque de eventuais retenções tributárias cabíveis.

7.13.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo ficará sobrestado até que a contratada providencie o saneamento, reiniciando-se a contagem após a regularização, sem ônus para a Administração.

7.13.4. Regularidade Fiscal (SICAF):

a) A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada via consulta on-line ao SICAF ou sítios oficiais (Art. 68 da Lei nº 14.133/2021);

b) Caso constatada irregularidade no SICAF, a empresa será notificada por escrito para regularização ou defesa em 5 (cinco) dias úteis, sob pena de comunicação aos órgãos de fiscalização e possível rescisão contratual;

c) Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas para a rescisão do contrato, assegurada a ampla defesa, realizando os pagamentos estritamente pelos serviços comprovadamente executados até a decisão final.

## **DO PRAZO DE PAGAMENTO**

7.22. O pagamento será efetuado pelo 26º Grupo de Artilharia de Campanha no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, em estrita observância à Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22.1. O prazo para pagamento será reduzido à metade para contratações cujos valores não ultrapassem o limite de dispensa de licitação do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.22.2. A Administração observará a ordem cronológica de pagamentos para cada categoria de contratos, nos termos do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. No caso de atraso injustificado pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, utilizando-se o índice oficial acumulado no período (ex: IPCA).

7.24. O pagamento será realizado mediante ordem bancária para crédito em conta-corrente da contratada, de sua titularidade, devendo os dados bancários constar obrigatoriamente na Nota Fiscal/Fatura apresentada.

## **7.24. DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.24.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente de titularidade da contratada, conforme indicado no documento de cobrança.

7.24.2. Considera-se ocorrido o pagamento na data em que for emitida a respectiva ordem bancária.

7.24.3. Retenções Tributárias:

a) No momento do pagamento, a Administração efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável (IR, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e atualizações;

b) Independentemente dos percentuais eventualmente inseridos na proposta da licitante, serão retidos na fonte os valores estabelecidos na legislação vigente na data do pagamento.

7.24.4. Optantes pelo Simples Nacional:

a) A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006) não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime;

b) O pagamento fica condicionado à apresentação de declaração oficial ou comprovação eletrônica de que a empresa faz jus ao tratamento tributário favorecido, a ser entregue junto com a Nota Fiscal.

7.24.5. A Administração poderá deduzir do montante a pagar quaisquer valores correspondentes a multas aplicadas ou danos causados pela contratada ao patrimônio da Unidade (conforme os riscos de danos físicos citados na Página 12 do ETP).

## **7.28. DA CESSÃO DE CRÉDITO**

7.28.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios decorrentes do contrato, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 10, de 10 de fevereiro de 2023. A formalização depende de prévia análise da Administração, assinatura de termo de averbação e expressa aprovação do Ordenador de Despesas do 26º GAC. .

7.28.2. A eficácia de qualquer cessão de crédito em relação à Administração está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo ou instrumento equivalente.

7.28.3. A celebração do aditamento e os pagamentos respectivos condicionam-se:

I. À manutenção da regularidade fiscal e trabalhista do cedente (contratada);

II. À regularidade fiscal e trabalhista do cessionário (instituição financeira);

III. À certificação de que o cessionário não está impedido de licitar, contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021), devendo a Administração verificar a inexistência de registros vigentes nos cadastros impeditivos (CEIS, CNEP e CEPIM) .

7.28.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele destinado à contratada pela execução fiel do objeto, permanecendo resguardados todos os direitos da Administração quanto a:

a) Desconto de multas e glosas por má execução;

b) Abatimento de prejuízos causados ao patrimônio da Unidade (ex: danos em reservatórios ou no Rancho);

c) Todas as demais cláusulas exorbitantes aplicáveis ao regime jurídico de direito público.

7.28.5. A cessão de crédito não altera a responsabilidade integral da contratada pela execução técnica e segurança do objeto, conforme definido no ETP 21/2026.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO, conforme a especialidade de cada fornecedor.

8.1.1. O agrupamento em grupos técnicos (Civil, Elétrica e Saneamento) justifica-se pela afinidade das atividades e das Normas Regulamentadoras (NRs) exigidas, visando a economia de escala e a especialização técnica.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto dar-se-á de forma PARCELADA, mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP), ocorrendo de acordo com a necessidade efetiva da Administração e disponibilidade orçamentária, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

8.3. A execução dos serviços será realizada sob demanda, formalizada por meio de Ordem de Serviço ou emissão de Nota de Empenho, sem obrigatoriedade de contratação da totalidade dos itens estimados.

8.4. O objeto será parcelado em itens ou grupos técnicos distintos (civil, elétrica, saneamento, etc.), permitindo a ampla competitividade e a participação de empresas com expertise específica em cada área.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos: Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto no 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.22. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

#### **HABILITAÇÃO TÉCNICA (NRs)**

8.23. O licitante deverá comprovar possuir profissionais certificados nas Normas Regulamentadoras (NR) abaixo, mediante apresentação de certificados emitidos por instituições ou profissionais habilitados, vinculados estritamente aos itens ou grupos disputados:

NR-10 (Segurança em Eletricidade): Exigível apenas para os itens de manutenção elétrica, motores e grupos geradores;

NR-33 (Espaço Confinado) e NR-35 (Trabalho em Altura): Exigíveis para os itens de higienização de reservatórios, manutenção de telhados, calhas e pinturas em altura (especialmente para o reservatório de 25m do 26º GAC).

#### **8.24. REGISTROS E ALVARÁS (Saneamento)**

8.24. Para os itens de Saneamento Ambiental e Controle de Pragas, a licitante deverá apresentar:

I - Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão de saúde competente;

II - Certificado de Registro da Empresa em conselho profissional competente (CRQ, CRBio ou CREA), acompanhado da prova de anotação de responsabilidade técnica (ART/RRT/AFT) de seu profissional habilitado, compatível com a manipulação de saneantes desinfetantes.

#### **8.25. CONHECIMENTO DOS LOCAIS E VISTORIA**

8.25. Vistoria Técnica Facultativa: Conforme o Art. 63, §2º da Lei nº 14.133/2021, a vistoria é facultativa, podendo o licitante substituí-la por Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto, assumindo total responsabilidade por eventuais erros de dimensionamento em sua proposta.

8.25.1. Agendamento: Caso opte pela vistoria, o licitante deverá agendá-la junto à Seção de Logística do 26º GAC com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para fins de controle de acesso ao aquartelamento.



8.25.2. Vedação da Obrigatoriedade: A Administração não poderá exigir a vistoria como condição de habilitação, salvo se houver justificativa técnica insuperável no ETP demonstrando que a declaração do licitante é insuficiente para a compreensão da complexidade do reservatório de 25 metros ou das linhas energizadas.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de valor R\$ 489.859,75 (quatrocentos e oitenta e nove mil oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.1.1. O valor estimado foi obtido por meio de pesquisa de mercado realizada em observância à IN SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se a mediana dos preços coletados em painéis oficiais de governo e cotações diretas, garantindo a compatibilidade com os preços praticados no mercado, conforme detalhado no item 8.3 do ETP.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços (SRP), a existência de dotação orçamentária prévia não é obrigatória para a licitação, devendo ser indicada apenas por ocasião da contratação efetiva (emissão da Nota de Empenho), observando-se a disponibilidade de créditos no momento da demanda.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O cometimento de infrações administrativas por parte da Contratada ensejará a aplicação das sanções previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.1. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.1.2. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.1.5. Multa:

As multas serão calculadas sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, respeitando o princípio da proporcionalidade e a ampla defesa.

11.2. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.3. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.1.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.1.2. as peculiaridades do caso concreto;

1.1.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.1.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

1.1.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.21. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.22. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.23. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.24. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.25. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, em observância à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

12.2. Os casos omissos serão decididos pelo Ordenador de Despesas desta Organização Militar, com base na legislação vigente.

12.3. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Estudo Técnico Preliminar e a Matriz de Riscos.



Documento assinado digitalmente  
TATIANE APARECIDA RIBEIRO JANSEN  
Data: 30/03/2026 09:28:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Guarapuava, 25 de Março de 2026.

---

Tatiane Aparecida Ribeiro Jansen – 3º Sgt  
Equipe de planejamento da contratação



---

André Vargas Monteiro – 1º Ten  
Almoxarife

**ANEXO I**  
**Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

*(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)*

**1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (dias) úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, nota de empenho, Carta Contrato ou Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

**3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**4.1.16** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**4.1.17** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**4.1.18** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

**4.1.19** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**4.1.20** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

**4.1.21** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**4.1.22** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

**4.1.23** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

**4.1.24** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

**4.1.25** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

**4.1.26** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**5.1.** A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**5.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

**5.3.** Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

**5.4.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**5.5.** poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**5.6.** A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**5.6.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**5.6.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.6.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.7.3 Indenizações e multas.

5.8. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.9. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em no Paraná, Seção Judiciária para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**ANEXO II**  
**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº \_\_\_\_/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

**(Nome e Cargo do Representante Legal)**





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMS - 5ª RM E 5ª DE – 15ª Bda Inf Mec  
26º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA  
(16º G A Cav/1908)  
GRUPO VISCONDE DE GUARAPUAVA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026  
(Processo Administrativo nº 64557.000897/2026-13)**

O 26º Grupo de Artilharia de Campanha, com sede na Avenida Manoel Ribas, 2286 – Centro, na cidade de Guarapuava - PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.559.239/0001-70, neste ato representado pelo ordenador de despesas, Ten Cel JÚLIO CÉSAR LACERDA MARTINS, nomeado(a) pela Portaria nº 730 de 23 de maio de 2024, inscrito no CPF 218.332.288-80, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para REGISTRO DE PREÇOS nº 00018/2026, processo administrativo n.º 64557.000897/2026-13, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços comuns de manutenção predial (preventiva e corretiva) e de saneamento ambiental, sob demanda, com fornecimento integral de peças, componentes, materiais e insumos, visando atender às necessidades operacionais e de suporte logístico do 26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC), especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90013/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor						
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário
X							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1. O órgão gerenciador será o 26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC).
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
  - 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
  - 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e;

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.



5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
CMS - 5ª RM E 5ª DE – 15ª Bda Inf Mec  
26º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA  
(16º G A Cav/1908)  
GRUPO VISCONDE DE GUARAPUAVA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026  
(Processo Administrativo nº 64557.000897/2026-13)**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
(A) .....  
E .....

A União, por intermédio do 26º Grupo de Artilharia de Campanha, com sede na Avenida Manoel Ribas, 2286, Exército Brasileiro, bairro Centro, na cidade de Guarapuava/PR, CEP 85010-180, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.559.239/0001-70, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas Júlio César Lacerda Martins, nomeado(a) pela Portaria nº 730 de 23 de maio de 2024, inscrito no CPF 218.332.288-80, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 64557.000897/2026-13 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90013/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços comuns de manutenção predial (preventiva e corretiva) e de saneamento ambiental, sob demanda, com fornecimento integral de peças, componentes, materiais e insumos, visando atender às necessidades operacionais e de suporte logístico do 26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

<b>2</b>						
<b>3</b>						
<b>...</b>						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo - máximo de um ano]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### **8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
  - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;
- 8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - 12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Das indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO